

MESTRADO

POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

MAXEMINO LUIZ MARTINELLI

O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de formação em
liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC

Chapecó - SC, 2017

MAXEMINO LUIZ MARTINELLI

O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC

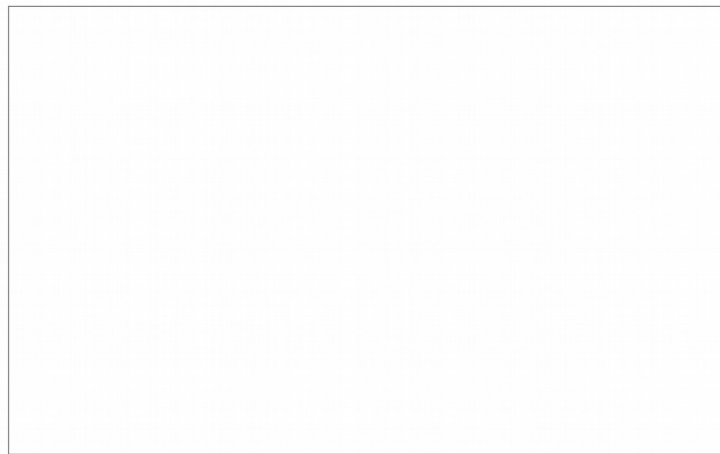
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Problemáticas Regionais e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosana Maria Badalotti

Co-orientador: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Tonezer

Chapecó – SC, 2017





UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e
Dinâmicas Regionais

O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de
formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó –
SC

Maxemino Luiz Martinelli

Esta dissertação foi considerada adequada para a obtenção do grau de
Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
sendo aprovada em sua forma final.

Rosana Maria Badalotti – Doutora em Ciências Humanas - Orientadora

Cristiane Tonezer – Doutora em Desenvolvimento Rural - Coorientadora

BANCA EXAMINADORA

Dunia Comerlatto – Doutora em Serviço Social

Marcia Luiza Pit Dal Magro – Doutora em Psicologia

Clovis Dorigon – Doutor em Engenharia de Produção

Chapecó - SC, 23 de Agosto de 2017.

Dedico este trabalho a todos os “guerreiros” jovens e suas famílias que lutam diariamente para tornar o meio rural um lugar ainda possível.

Gratidão!!Muita gratidão por todos os momentos durante a trajetória deste trabalho, pois, tive pessoas maravilhosas, iluminadas pelo Universo, ao meu lado, que assim como eu, entregaram, confiaram, aceitaram e agradeceram.... Gratidão por toda a paz e amor no coração de cada um que fez parte da construção deste trabalho e pelo privilégio de continuar a estimar minha vida a partir de!

Gratidão....

“Não possua nada. Se algo estiver ao seu alcance, usufrua. Quando se for, deixe que se vá com o coração cheio de gratidão”.

Osho

RESUMO

Atualmente as políticas públicas, tanto para jovens urbanos, quanto rurais, possuem como base a Política Nacional de Juventude. Contudo, no que diz respeito ao acesso de estruturas sociais básicas entre o meio urbano e rural, constata-se limitações voltadas ao jovem rural. Como objetivo geral, esta dissertação traz uma análise sobre a contribuição do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo do SC Rural para os jovens rurais no município de Chapecó. Este estudo se insere no contexto da pesquisa qualitativa, sendo utilizadas como instrumentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental e como técnica a entrevista semiestruturada, a qual foi realizada com quatro jovens rurais e duas coordenadoras da Epagri. Como resultados, destaca-se o importante papel que o SC Rural teve no processo de formação dos jovens por meio do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo, o qual permitiu analisar as possibilidades e limites, tanto das políticas públicas voltadas aos jovens rurais, bem como sobre as percepções dos mesmos no que se refere a sua inserção social em um processo de desenvolvimento rural. Constatou-se também que o curso de formação investigado possibilitou aos jovens se colocar como protagonistas de seus projetos de vida. Por fim, destaca-se a possibilidade que os jovens tiveram em participar de arenas importantes como os seminários e congressos, que tratavam de discussões relacionadas às políticas públicas para a juventude rural.

Palavras-chave: Juventude rural; políticas públicas; programa SC Rural.

ABSTRACT

Currently, public policies for both urban and rural youth are based on the National Youth Policy. However, with respect to the access of basic social structures between the urban and rural environments, there are limitations directed at rural youth. As a general objective, this dissertation brings an analysis about the contribution of the training course in leadership, management and entrepreneurship of Rural SC for rural young people in the municipality of Chapecó. This study is inserted in the context of the qualitative research, being used as research instruments the bibliographical and documentary survey and as technique the semistructured interview, which was carried out with four rural youths and two Epagri coordinators. As a result, we highlight the important role played by rural education in the process of training young people through a training course in leadership, management and entrepreneurship, which allowed us to analyze the possibilities and limits of both public policies aimed at rural young people, as well as their perceptions regarding their social inclusion in a process of rural development. It was also verified that the training course investigated enabled young people to become protagonists of their life projects. Finally, the possibility that the young people had to participate in important arenas such as the seminars and congresses, which discussed discussions related to public policies for the rural youth, stands out.

Keywords: Juventude rural; políticas públicas; programa SC Rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros:

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos entrevistados.....	21
Quadro 2: Programas direcionados aos jovens rurais, instituídos por Ministérios em períodos entre 2003 a 2010.....	39
Quadro 3: Programas desenvolvidos pela Epagri.....	48
Quadro 4: Núcleos temáticos e conteúdos ministrados no curso de liderança, gestão e empreendedorismo com jovens.....	54
Quadro 5: Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina..	63

Tabelas:

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Chapecó.....	45
-----------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ACARPESC – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
IASC – Instituto de Apicultura de Santa Catarina
ACARESC – Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares Rurais
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNJTT – Comissão Nacional dos Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONDRAF – Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CORESA – Colegiado Regional de Secretários Municipais do Oeste de Santa Catarina
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER-SC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina
EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MCR – Manual de Crédito Rural.
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBJ – Organização Brasileira de Juventude
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCNF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PDRC – Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PIC – Programa de Iniciação Científica
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PNJ – Política Nacional de Juventude
PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PPGPS – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
PPjs – Políticas Públicas para juventudes
PROEJA – Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMED – Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATEC CAMPO – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SC RURAL – Santa Catarina Rural
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
SGPR – Secretaria-Geral da Presidência da República
SIE – Secretaria de Infraestrutura
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SOL – Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte

UGTs – Unidades de Gestão Técnicas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

FUMDES/UNIEDU - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior de Santa Catarina¹

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

¹ Programa financiador de bolsa que possibilitou o ingresso e permanência no Mestrado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Contextualização justificativa do estudo.....	14
1.2. Aspectos metodológicos.....	19
1.2.1. Caracterização do estudo e abordagem da pesquisa.....	19
1.2.2. Definição do campo de estudo e dos sujeitos participantes.....	20
1.2.3. Exploração do campo, técnicas e instrumentos de coleta de dados.....	21
1.2.4. Procedimento de análise dos dados.....	23
1.2.5. Estrutura da dissertação.....	24
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES (PPJS).....	26
2.1. Direito social e trajetórias de políticas para os jovens.....	26
2.2. Políticas públicas e ações voltadas à juventude rural.....	34
3 PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ.....	44
3.1. Dados básicos de caracterização de Chapecó.....	44
3.2. Epagri.....	47
3.4. Programa Santa Catarina Rural.....	50
3.5. Atuação da Epagri com jovens rurais: curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo.....	51
4. O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO JOVEM RURAL EM SANTA CATARINA COMO AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL....	58
4.1. Valorização do jovem rural.....	58
4.2. Aproximação dos jovens em espaços de discussão e formulação de Políticas Públicas.....	66
4.3. Perspetivas dos jovens na permanência no meio rural.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES.....	100
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista com atores governamentais.....	100
APÊNDICE II – Roteiro de entrevista com jovens rurais.....	101
ANEXOS.....	102
ANEXOS 1: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	102
ANEXOS 2: Termo de consentimento de uso de voz e imagem.....	104
ANEXO 3: Declaração de ciência e concordância das Instituições envolvidas.....	105

ANEXO 4: Termo de confidencialidade.....	106
------------------------------------------	-----

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização justificativa do estudo

Conforme explicitado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o termo juventude, no documento intitulado “Projeto Juventude”, é “[...] uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida” (SNJ, 2004, p. 10-11).

O Conjuve (2006) reafirma o entendimento de que ser jovem, ultrapassa a classificação biológica, chamando a atenção para as relações sociais, que remete a compreensão das diversidades e particularidades que diferenciam os jovens uns dos outros. Essa percepção das diversidades e particularidades, é visto por Pais (1993, p.33), como modos de existência juvenil, “[...] caracterizados por uma série de rupturas e percursos bastante diferentes uns dos outros”.

Ainda de acordo com Pais (1993, p.33), deixar de entender que essas configurações e percursos se constituem de diferentes formas, a partir de variáveis diversas associadas a tais construções sociais, tal como, classe social, gênero, etnia, escolaridade, entre outras, seria desconsiderar “[...] principalmente, o modo de ser, o contexto social na qual estão inseridos e, acima de tudo, as suas diferenças, que são elementos decisivos para compreender a construção social² das identidades”.

Diferente da compreensão proposta pelos autores acima, a Organização das Nações Unidas (ONU) orienta a adoção do recorte etário no que diz respeito à classificação de um parâmetro para ser considerado jovem, recomendando a idade entre 15 a 24 anos.

No Brasil, a orientação do Poder Executivo, inicialmente pretendia seguir as orientações da ONU. Contudo, por meio da Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, o Estado estendeu o limite da faixa para até 29 anos, salientando no art. 11 da referida Lei, que compete a SNJ, articular todos os programas e projetos destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, ressalvado o disposto na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Projeto juventude, 2004).

Esta pesquisa tem como problemática de estudo, a contribuição do curso de formação

² A construção social referida por Pais (1993), não é de uma juventude dada como uma entidade homogênea, pois para o autor, incluir nesta categoria, inúmeros aspectos para além de uma idade. Desta forma, há uma interpretação de um fenômeno social mais complexo, que não se restringe isoladamente para apenas um fator.

em liderança, gestão e empreendedorismo do SC Rural para os jovens rurais no município de Chapecó. Nessa perspectiva, este estudo analisou especificamente o curso de Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo, uma das atividades desenvolvidas no Programa SC Rural pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

O Programa SC Rural, que vem da continuidade dos Programas Microbacias 1 e 2, desenvolvendo atividades que trabalham diretamente com o jovem rural, proporcionando cursos de formação, acompanhamento técnico e a viabilização de projetos para investimentos nas propriedades dos jovens participantes³. O SC Rural se propõe apoiar planos e projetos com um enfoque amplo que pode envolver um município, um grupo deles e mesmo uma determinada região. O objetivo do mesmo é aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas (SC RURAL, 2016).

O curso de formação com jovens faz parte das atividades desenvolvidas no Programa SC Rural e tem como objetivo formar lideranças rurais e desenvolver o espírito empreendedor dos jovens agricultores. Com este propósito e com um olhar sobre a diversidade de cada região, o curso desenvolve a discussão sobre sucessão familiar nas propriedades rurais, bem como as demandas específicas de cada jovem, possibilitando a articulação teórica e prática que visa a formação pessoal e técnica.

No município de Chapecó, houve seis jovens que participaram do curso de formação entre os anos de 2011 e 2015, por meio do Programa do SC Rural, sendo que quatro⁴ deles compõem esta investigação. Como ator governamental em Chapecó, a Epagri esteve a frente do curso e foi responsável também pela assistência técnica que acompanhou todo o planejamento e execução das ações após realização e aprovação dos projetos que foram desenvolvidos ao longo do curso.

A fim de aprofundar a contextualização teórica a respeito do tema relacionado a juventude rural no município de Chapecó – SC, realizou-se levantamento de pesquisas acadêmicas ou científicas (teses, dissertações e periódicos/artigos) em bases de dados como: Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), acervo da Biblioteca da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Por meio desse levantamento bibliográfico, identificou-se poucas pesquisas e produções

³ A viabilidade para os investimentos de recursos em projetos nas propriedades dos jovens participantes do curso Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo, passam por uma avaliação posterior a apresentação do projeto. Sendo aprovado estará apto a receber os recursos, o que será detalhado ao longo deste trabalho.

⁴ Dos seis jovens que participaram do curso de formação entre os anos de 2012 a 2015, dois não aceitaram participar da pesquisa.

científicas relacionadas ao tema em questão na região. Entre as produções, destacam-se os livros: “Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural”, de Luiz Carlos Mior, que buscou aprofundar a análise das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural, se elas responderiam às emergentes questões sociais, econômicas e ambientais dos anos 1990; “Juventude Rural, cultura e mudança social” de Arlene Renk e Clovis Dorigon e colaboradores, que apresentam análises de mudanças sociais que ocorreram de forma geral na agricultura brasileira, sobretudo no Estado de Santa Catarina, investigando propostas capazes de manter certo nível de atividade atraente para os jovens, incentivando a produção de produtos diferenciados em pequenas unidades e redes, de modo independente da produção consorciada pelas grandes empresas agroindustriais; o livro “Juventude Rural: produtos coloniais e pluriatividade”, de Clovis Dorigon e Arlene Renk, tem como objetivo apresentar informações acerca das potencialidades dos produtos coloniais com o um mercado de produtos artesanais bem como as condições da pluriatividade no meio rural, seus reflexos na previdência social e as políticas públicas; o livro “Narrativas sobre a ação jovem rural na Epagri 2012-2016: depoimentos e imagens” de Rose Mary Gerber, que apresenta o trabalho realizado pela Epagri com jovens no processo de formação a partir da implementação do curso Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo; e os artigos sobre “Sucessão rural no meio Oeste de Santa Catarina: entraves e perspectivas” de Sandra Dalla Pasqua e César Augustus Winck que objetivou identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam o processo sucessório na região do Meio Oeste de Santa Catarina; e o artigo “Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios” de Ricardo Abramovay, Milton Luiz Silvestro, Márcio Antonio de Mello, Clóvis Dorigon e Ivan Tadeu Baldissera que investigou a questão sucessória na agricultura familiar do Oeste catarinense e discutiu alguns fatores determinantes na formação profissional de uma nova geração de agricultores.

Para esse levantamento das pesquisas acadêmicas e científicas, foram utilizados os seguintes descritores: juventudes; juventude rural; políticas públicas para juventude; políticas públicas para juventude rural; política nacional de juventude; curso de formação para jovens rurais; política pública e juventude rural.

É importante destacar que entre os estudos encontrados, alguns apresentam diferentes significados sobre o conceito de juventude no contexto rural ou urbano. Entre as definições, as discussões abordam a juventude com diferentes enfoques: como fase de transição entre a adolescência e a vida adulta; juventude como uma categoria sociológica; concepções da expressão juventudes; política de juventude; permanência do jovem no campo; viabilidade das políticas de educação do campo nos territórios do rural brasileiro; juventude como categoria

imersa em uma complexa configuração social; configuração de políticas públicas para a juventude rural, entre outras.

O que fica mais evidente nesses estudos é a preocupação em não classificar a juventude como uma categoria geracional ou etária. Nessa perspectiva, como o objetivo deste trabalho não é abordar a juventude rural apenas pelo viés etário, a contribuição de Bourdieu (1983), em sua crítica às visões essencialistas⁵ sobre a juventude, possibilitará problematizar acerca da arbitrariedade das divisões etárias e remete para a definição de uma condição relacionada a aspectos culturais, históricos, econômicos e políticos, o que pressupõe a possibilidade de identificar empiricamente a constituição de diferentes juventudes, decorrentes das diversas trajetórias construídas coletivamente e individualmente pelos jovens rurais.

Outros estudos como os da (SNJ) (2004), o do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) (2006) e de Pais (1993), ampliam a discussão sobre o conceito de juventude para além da dimensão da faixa etária. É compreendido como uma etapa da vida que, como outras, possibilita a vivência e construção de trajetórias, desafios e experiências.

De acordo com Bourdieu (1983), reduzir a juventude a uma classificação etária, é um mecanismo de poder. No texto “Juventude é apenas uma palavra”, Bourdieu (1983) afirma que um modo de classificação, que opõe faixas etárias, por exemplo, jovens e velhos, significa uma divisão de poderes, que impõe limites e busca produzir uma ordem hierárquica, entendida pelo autor como objetos de manipulação.

Pais (1993, p.29), afirma que o conceito de juventude, ao contrário de apenas apresentar uma divisão pela idade biológica, deve ser entendida a partir das construções sociais que envolvem tal dimensão. A definição apenas pela faixa etária, segundo o autor, restringe a compreensão do jovem enquanto sujeito de direitos e, sobretudo, limita em relação aos fatores ou condicionantes histórico-sociais de construção da juventude, enquanto, “[...] categoria socialmente construída [...] no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo”.

Em números, de acordo com o Censo só Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população jovem no Brasil é de cerca de 51,3 milhões, na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 84,8% residentes no meio urbano e 15,2% no meio rural (IBGE, 2010).

Contudo, apesar de ser um número expressivo apresentado nos dados do IBGE, cabe salientar que nos últimos 10 anos que o estudo refere, em torno de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, sendo que deste universo, 50% são jovens, “indicando de maneira

⁵ Visão estrita; rígida.

geral, processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo, embora haja especificidades em relação a essas tendências em determinados territórios do país” (STROPASOLAS, 2014, p.184).

O autor remete a dados divulgados por organismos nacionais e internacionais entre os quais o IBGE, ONU e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), relacionados a precariedade e desigualdade social, vivenciadas pelas populações infantojuvenis no meio rural brasileiro (STROPASOLAS, 2014).

As questões que afetam as juventudes⁶ e que trazem a tona particularidades nas diferentes regiões, além de pouco consideradas em suas singularidades, enfrentam ainda segundo Stropasolas (2014), problemas estruturais e as consequências de modelos de desenvolvimento excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Diante deste contexto, alinhado ao interesse acadêmico e profissional em discutir a temática apresentada, este estudo se justifica pela sua viabilidade técnica, relevância científica e social, articulando-se à Linha de pesquisa Problemáticas Regionais e Políticas Sociais, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (PPGPS) da Unochapecó, que visa desenvolver estudos que subsidiem a formulação, execução e avaliação de políticas públicas e sociais relativos às problemáticas da região, objetivando analisar a ação política dos modelos organizacionais como: conselhos, fóruns, Organizações não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, cooperativas, fundações e grupos empresariais⁷.

A escolha deste curso no âmbito do SC Rural executado pela Epagri, visto como uma das ações do SC Rural no município de Chapecó, se justifica pelo percurso exploratório como pesquisador junto a organismos sociais vinculados ao contexto regional, a exemplo da Amosc, que indicou o papel da Epagri como importante instituição mediadora no município de Chapecó no que se refere a políticas públicas e ações voltadas a juventude rural em nível estadual, regional e local.

Por esse motivo, julga-se importante um estudo a respeito de ações desenvolvidas com jovens rurais no município de Chapecó através de um curso de formação no âmbito do SC Rural com a juventude rural. Assim, coloca-se como questão norteadora dessa pesquisa a seguinte pergunta: Qual a contribuição do Programa SC Rural na construção de estratégias

⁶ Cabe salientar que a palavra juventude utilizada no plural, é o entendimento que se tem do que o Conjuve (2006) discute a respeito do tema ao considerar que as juventudes apresentam elementos comuns e de diferenciação, aspectos importantes para discutir as políticas públicas voltadas para esses públicos, que apesar de estarem categorizadas dentro de uma faixa etária, apresentam semelhanças e particularidades em suas diferentes dimensões e contextos.

⁷ Fonte: <https://www.unochapeco.edu.br/mestradopolicas/info/linhas-de-pesquisa-5>

para a formação de jovens no município de Chapecó – SC?

Para poder responder a este questionamento, alguns procedimentos foram adotados tendo em vista os seguintes objetivos: Como objetivo geral, pretendeu-se analisar a contribuição do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo do SC Rural para os jovens rurais no município de Chapecó. E os específicos buscaram: - compreender o papel do curso de Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo com jovens rurais no âmbito do Programa SC Rural; - Avaliar sobre os limites e possibilidades do curso de formação para a inserção social do jovem no processo de desenvolvimento rural, e; - Identificar na perspectiva dos jovens, em que medida a formação possibilita a permanência no meio rural.

Cabe salientar, que frente aos diversos conceitos e faixas etárias utilizadas para definir a juventude, este estudo tomará como conceito, a definição do Conjuve (2006), que situa a juventude como uma categoria social, parametrizada por uma faixa etária, que em suas múltiplas identidades, posições e vivências, abrange os brasileiros e as brasileiras, entre 15 e 29 anos. Contudo, para a coleta de dados, foram definidas as idades entre 18 e 29 anos que correspondem aos critérios de idades para participação no curso de formação de jovens do SC Rural.

1.2. Aspectos metodológicos

1.2.1. Caracterização do estudo e abordagem da pesquisa

De caráter interdisciplinar e se valendo de referenciais diversos como os estudos que enfatizam os processos de constituição de subjetividades e singularidades como Bourdieu (1989) e Gonzalez Rey (2002), este estudo se insere no contexto da pesquisa qualitativa, uma vez que essa abordagem responde de forma significativa a questões particulares, trabalhando com o universo dos significados, dos valores e das atitudes dentro da realidade social entendidos como fenômenos humanos (MINAYO, 2010).

Em relação a abordagem qualitativa, González Rey (2002, p. 31) enfatiza o reconhecimento da singularidade do estudo, que não pretende formulações generalizáveis, mas a apreensão do “[...] momento empírico a partir do conjunto de significações que são

construídas tanto pelas (os) investigadoras (es) quanto pelos sujeitos investigados. Nesta perspectiva, o olhar da (o) pesquisador (a) contribui para a construção do conhecimento”.

A pesquisa qualitativa não visa a descrição da realidade, ou uma fonte de dados, mas de informação sobre o estudado, que toma forma nos indicadores a partir das informações produzidas pelo sujeito estudado, possibilitando sua compreensão como processo singular, que representa a subjetividade humana. Possibilita a plurideterminação dos fenômenos (GONZÁLEZ REY, 2004).

A singularidade significa o processo pelo qual o ser humano (re) produz a realidade. Para González Rey (2004, p. 53) é o sentido que nos diferencia e nos possibilita receber e produzir a realidade de uma maneira qualitativamente diferenciada. Segundo o autor, “[...] a identidade é uma dimensão subjetivada do sujeito, que só aparece na confrontação com as experiências novas que o ameaçam em sua possibilidade de identificá-las como próprias”. Aponta também que se torna indispensável o processo de reflexão do(s) sujeito(s) para a constituição de identidades. Esta constituição somente ocorrerá nos espaços de ação do sujeito que lhe fizerem sentido.

1.2.2. Definição do campo de estudo e dos sujeitos participantes

Este estudo se deu no município de Chapecó, tendo como sujeitos pesquisados, quatro jovens que, a partir da indicação da Epagri estiveram participando do Curso Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo do SC Rural. Também foram entrevistadas duas coordenadoras da Epagri⁸, totalizando seis participantes.

Os jovens participantes das entrevistas foram de ambos os sexos, feminino e masculino, entre 18 e 29 anos, casados e/ou solteiros. As entrevistas foram realizadas nas unidades rurais em que residem com seus familiares. É importante destacar que os jovens entrevistados, participaram do curso no ano de 2015, sendo assim, no contexto em que participaram estavam em idades de acordo com a política de participação do curso que estabelece a idade de 18 até 29 anos.

Cabe salientar que no processo da pesquisa, os entrevistados foram sempre consultados sobre a disposição em ceder imagens pessoais ou de seus familiares, bem como participar de

⁸ Uma é coordenadora da Ação Jovem Rural da Unidade de Gestão Técnica 1 (UGT1) que abrange Chapecó; e a outra coordenadora é responsável pela Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesqueira.

entrevistas gravadas, mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e termo de consentimento para uso de imagem e voz (ANEXOS 1 e 2).

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos entrevistados

SUJEITO ⁹	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE
S1	31	M	SUP. INCOMPLETO
S2	24	M	MÉDIO COMP.
S3	32	F	MÉDIO COMP.
S4	23	F	MÉDIO COMP.
S5	-	F	PÓS GRADUADA
S6	-	F	PÓS GRADUADA

1.2.3. Exploração do campo, técnicas e instrumentos de coleta de dados

A construção deste projeto se deu em três momentos. Em um primeiro momento, com início no segundo semestre de 2015, foi realizado um mapeamento das instituições governamentais e não governamentais que estavam envolvidas com políticas públicas e/ou projetos voltados para a juventude rural no município de Chapecó. Esse mapeamento se deu para saber se existiam políticas públicas e/ou programas no município e, caso existissem, compreender como influenciavam na dinâmica dos jovens rurais.

Para obter essas informações, foi entrado em contato com o secretário da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc)¹⁰ e agendado um horário para conversar pessoalmente a respeito. No dia em que foi agendado, em novembro de 2015, após explicar para o secretário a respeito da pesquisa e qual era o objetivo naquela etapa, o mesmo ficou de entrar em contato com o Colegiado Regional de Secretários Municipais do Oeste de Santa

⁹ Para fins de respeito aos preceitos éticos de sigilo e resguardo da identidade dos sujeitos participantes deste estudo, ao referenciar as falas e colocações de cada sujeito, foi utilizada a letra “S” seguida de um número que diferencia cada participante, ex: S1; S2, e assim por diante.

¹⁰ “A Amosc foi criada em 11 de fevereiro de 1986. Desenvolve um trabalho de extremo significado para a Microrregião Oeste do Estado e os seus vinte e um municípios consorciados. Como entidade municipalista, mantida exclusivamente com recursos dos Municípios, a AMOSC está ao lado dos consorciados como um órgão prestador de serviços em projetos, consultoria e assessoramento técnico municipal. Está ao lado dos administradores públicos Municipais (Executivo e Legislativo), dando-lhes a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade”. (<http://www.amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/47457>).

Catarina (CORESA)¹¹ e dar um retorno posterior.

Após duas semanas, foi reagendado um novo horário para o retorno das informações. De acordo com o secretário da Amosc, por meio da informação de um dos membros que representa Chapecó no Coresa, a Epagri seria um ator que estaria naquele momento trabalhando com ações voltadas aos jovens rurais.

Em um segundo momento, no mês de dezembro de 2016, foi realizado contato por telefone com o escritório da Epagri que fica localizado no município de Chapecó, agendando um horário com a coordenadora local responsável pelo projeto com os jovens.

No dia do encontro, ainda no mês de dezembro, após explicado o objetivo da pesquisa à coordenadora, a mesma informou que seria necessário solicitar autorização à gerência geral. De acordo com a coordenadora, somente mediante autorização seria possível consultar dados/informações referentes aos documentos que faziam parte das ações desenvolvidas pela Instituição com a juventude rural no município. Ainda neste encontro, a coordenadora falou sobre o funcionamento do Programa SC Rural e sobre o curso de formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo ministrado pela Epagri.

Após o período de férias e no aguardo da autorização, aconteceu o terceiro momento em fevereiro de 2017, quando foi autorizado o acesso às informações/dados. Com essa autorização, novamente foi entrado em contato com a coordenadora local e agendado novo horário para uma entrevista com a mesma, a fim de ter acesso aos materiais e as listas com o contato dos jovens que haviam participado do curso.

Nesse contato por telefone, a coordenadora local informou, que em março de 2017, estaria em Chapecó para um treinamento, a coordenadora do Departamento Estadual de Extensão Rural e Pesqueira. Segundo a coordenadora local, seria importante a participação da coordenadora estadual na entrevista. Assim, foi agendado a entrevista para o dia sugerido, no mês de março.

No intervalo de fevereiro a março, o primeiro contato por telefone com os jovens que participaram das ações da Epagri, foi feito pela coordenadora local. Esse contato foi para informar que os mesmos seriam convidados a participar de uma pesquisa relacionada ao curso de Formação que os mesmos foram participantes. Após esse contato prévio da coordenadora, no final do mês de março, foram agendadas as entrevistas com cada jovem.

A entrevista com as coordenadoras aconteceu no mês de março de 2017 na Epagri de Chapecó e as entrevistas com os jovens foram realizadas na residência de cada um, no interior

¹¹ Vinculado a Amosc, tem como objetivos orientar, promover e padronizar as ações de desenvolvimento rural; desenvolver programas e ações de forma articulada; e trocar experiências das ações e planos municipais de desenvolvimento rural. (<http://www.amosc.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/3158>).

do município, em dias e horários que foram definidos pelos jovens, sendo realizadas durante o mês de Abril de 2017.

Orientado pelo contexto da pesquisa qualitativa, com o intuito de responder ao problema de pesquisa e aos objetivos delimitados nesta investigação, adotou-se como técnica, a entrevista semiestruturada.¹²

A entrevista semiestruturada foi de grande importância para guiar a pesquisa, que, por não se tratar de um modelo fechado, permitiu ampliar, sempre que necessário, as vias de investigação. Suas características permitiram enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quis abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos (MINAYO, 2008).

Todos os instrumentos foram elaborados e anexados ao projeto que orientou esta pesquisa, passando pelo processo de qualificação por uma banca examinadora e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó, mediante cadastro realizado na Plataforma Brasil sob o protocolo número 64351516.3.0000.0116 e aprovado conforme o parecer consubstanciado nº 20.047.049 de 04 de maio de 2017.

É importante destacar que o instrumento de pesquisa aplicado na terceira etapa desta pesquisa, fazia parte do projeto de pesquisa do Programa de Iniciação Científica (PIC), intitulado “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL: estratégias de permanência e configuração de trajetórias no município de Chapecó (SC)¹³”, ao qual esta pesquisa estava vinculada.

1.2.4. Procedimento de análise dos dados

Para atingir os objetivos propostos, o uso de fundamentos teórico-metodológicos foi indispensável para o processo de análise dos dados. Tais fundamentos caracterizam-se como interdisciplinares na medida em que este estudo se vale de referenciais diversos, que enfatizam os processos de constituição de subjetividades e singularidades como os de

¹² Ver Apêndices I e II.

¹³ Projeto participante do Edital 010/REITORIA/2016, cadastrado na Plataforma Brasil sob o protocolo número 62147316.9.0000.0116 e aprovado pelo comitê de ética da Unochapecó. Docente responsável: Rosana Maria Badalotti; Docente integrante: Cristiane Tonezer; Mestrando integrante: Maxemino Luiz Martinelli; Bolsista: Sonia Bottega. Grupo de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais; Projeto de longa duração: Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais na Contemporaneidade.

Gonzalez Rey (2002) e Minayo (2008).

Partindo da reflexão do que González Rey (2002) afirma a respeito do entendimento do ser humano, e de que é possível, a partir da sua processualidade, identificar um complexo processo de combinação/relação dos aspectos internos do desenvolvimento e das condições externas, o entendimento de um ser coletivo, social e histórico, está relacionado ao mundo que o cerca.

Assim, de acordo com o autor, relacionada à possibilidade de desenvolver modelos teóricos que permitam dar visibilidade às informações não acessíveis a observação imediata, as configurações subjetivas expressas nas diferentes produções simbólicas dos atores sociais envolvidos na pesquisa foram possíveis de serem analisadas.

As entrevistas foram analisadas por meio da análise de conteúdo de Minayo (2008), a qual permite distinguir as intuições das hipóteses. Assim, a partir da análise de conteúdo, pressupõe superar o senso comum e atingir um nível de conhecimento mais aprofundado.

De acordo com Minayo (2008, p.203), a análise de conteúdo permite ao investigador articular “[...] a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem”.

1.2.5. Estrutura da dissertação

Na sequência do que se apresenta nesta introdução, o primeiro capítulo intitulado “Políticas públicas para as juventudes”, apresenta-se um panorama a respeito das Políticas Públicas para juventudes (PPjs), descrevendo o direito social e a trajetória de políticas para os jovens e a complexidade que envolve a implementação de ações integradas que contemplem a diversidade social, principalmente da juventude rural. Irá discutir a respeito do olhar fechado como eram vistas as políticas públicas até a década de 1980, em que eram entendidas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, entendendo a juventude nesse meio com um estado de coisa, uma vez que a nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, não contemplavam ações especialmente voltadas para os jovens.

O capítulo apresenta ainda as mobilizações que se iniciaram na década de 2000, por meio de seminários, pesquisas e consultas sobre a temática juvenil, que discutiam a questão

da juventude de uma forma mais sistêmica, pensando as políticas públicas voltadas à juventude rural conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que possa efetivamente superar as desigualdades geradas historicamente pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no latifúndio e no agronegócio de modernização da agricultura, que impôs fronteiras culturais e sociais, dificultando idealizações e projetos dos jovens rurais em permanecer no meio rural.

No segundo capítulo, intitulado “Programa Santa Catarina Rural (SC Rural) no município de Chapecó”, apresenta dados básicos de Chapecó referente a população e a distribuição fundiária; uma breve contextualização dos programas do Microbacias 1 e 2, que foi uma parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial; a Epagri; o SC Rural; e o Curso de Formação de Liderança, Gestão e Empreendedorismo.

No que diz respeito aos dados de Chapecó, será possível perceber o poder que as agroindústrias exercem sobre a região, concentrando em seus domínios as propriedades de forma integradas, excluindo de certa forma parte das famílias produtoras que estão em uma faixa de produção em baixa escala. Contudo, também será possível perceber que há um grande diversidade de produção no setor agrícola, principalmente da agricultura familiar que tem sua produção diversificada.

No terceiro capítulo, intitulado “O processo de capacitação do jovem rural em Santa Catarina como ação estratégica e política de desenvolvimento rural”, apresentará os dados e informações colhidos no campo, interpretados e problematizados a luz de reflexões da revisão teórica do primeiro capítulo. Discutirá a respeito das questões relacionadas a proposta deste estudo, visando as ações que são desenvolvidas por meio do programa SC Rural com jovens rurais no município de Chapecó, de forma a analisar as perspectivas de construção nas estratégias para a formação dos jovens. Buscará compreender o papel do curso por meio de suas possibilidades e os limites para a inserção social do jovem no processo de desenvolvimento rural a partir da perspectiva dos jovens.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES (PPJS)

Este capítulo apresenta um panorama a respeito das PPJs, descrevendo o direito social e a trajetória de políticas para os jovens e a complexidade que envolve a implementação de ações integradas que contemplem a diversidade social, principalmente da juventude rural. Irá discutir a respeito do olhar fechado como eram vistas as políticas públicas até a década de 1980, em que eram entendidas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, entendendo a juventude nesse meio com um estado de coisa, uma vez que, a nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, não contemplavam ações especialmente voltadas para os jovens.

O capítulo apresenta ainda as mobilizações que se iniciaram na década de 2000, por meio de seminários, pesquisas e consultas sobre a temática juvenil, que discutiam a questão da juventude de uma forma mais sistêmica, pensando as políticas públicas voltadas à juventude rural conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que possa efetivamente superar as desigualdades geradas historicamente pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no latifúndio e no agronegócio de modernização da agricultura, que impôs fronteiras culturais e sociais, dificultando idealizações e projetos dos jovens rurais em permanecer no meio rural.

2.1. Direito social e trajetórias de políticas para os jovens

No Brasil, segundo destacam Cruz e Guareschi (2010, p.13), “o século XVIII instaura a chamada era dos direitos civis, necessários à ordem burguesa, pois era preciso liberdade de ir e vir para vender a força de trabalho, bem como ter a garantia de segurança em relação à propriedade privada”.

Segundo as autoras, a efetivação dos direitos sociais estava atrelada às condições econômicas, ou seja, à intervenção do Estado e o nascimento dos direitos sociais do século XX, resultado das lutas enfrentadas pela classe trabalhadora (CRUZ; GUARESCHI, 2010).

A extensão dos direitos políticos aos trabalhadores e a introdução dos chamados direitos sociais foram responsáveis pela expansão do conceito de cidadania. Os direitos passam a ser assegurados por meio de políticas públicas e sociais representada na figura do Estado

(PEREIRA, 2009).

Até o início do XX prevaleciam às ideias liberais de um Estado mínimo que somente assegurasse a ordem e a propriedade, e do mercado como regulador “natural” das relações sociais. A posição ocupada pelo indivíduo na sociedade e suas relações eram percebidas conforme sua inserção no mercado.

Como destacam Cruz e Guareschi (2010, p. 15-16), após a crise econômica de 1929, a questão social se intensificou,

[...] gerando novas relações entre capital e trabalho e entre estes e o Estado, fazendo com que as elites econômicas admitissem o limite do mercado como regulador atual e resgatassem o papel do Estado como mediador civilizador, ou seja, com poderes políticos de interferência nas relações sociais. [...]. É este o cenário, principalmente na Europa do pós-guerra, que se consolida a proposta do Estado social, implementador de políticas sociais baseadas nos princípios sociais universais, igualitários e solidários, sendo o precursor do chamado Estado de Bem-Estar Social [...]. A atual configuração de políticas públicas de assistência social surge na transição e uma sociedade de organização feudal para a emergência do Estado-nação.

A discussão de Cruz e Guareschi (2010, p. 15-16), evidencia a política pública como uma resposta do Estado frente as demandas que emergiram da sociedade, caracterizando-se como um direito coletivo e um conjunto de ações, que formam uma rede, endereçada sobre precisas questões de relevância social.

Segundo Pereira (2009), o Estado social tomou como parâmetro um modelo estatal de intervenção na economia de mercado, passando a gerir sistemas de proteção social devido à expansão e fortalecimento do setor público. Assim, atuando por um sistema burocratizado, foi uma das formas encontradas pelo Estado para que pudesse ser norteador da economia e capaz de implementar as medidas desejáveis.

Como Tejedadas (2007), a partir da década de 1930, frente ao início do processo de industrialização e que ocasionou a migração das populações rurais para o meio urbano, o Estado caracteriza-se como interventor no campo econômico e também, pela efetivação das primeiras políticas públicas.

Em relação ao processo de construção de políticas sociais para a juventude, já na década de 1950, houveram as primeiras iniciativas. Voltada para a área educacional, a ideia se baseava no 1º código de menores, sancionado em 1927, a qual previa a moralização do indivíduo, ou seja, uma forma de manutenção da ordem social, especialmente para os pobres. Em outras palavras, era uma forma de controle social (TEJADAS, 2007).

Ainda de acordo com a autora, essa política se estendeu durante as décadas de 1960 e 1970, quando o Código é extinto. Em 1964 é criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), responsável pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (Pnbem), a qual perpetuou a lógica do Código de menores.

Em 1979 é criado o 2º Código. Contudo o foco ainda era uma parcela das crianças e adolescentes. A política somente atendia aos pobres ou aos considerados em situação irregular. Contudo para que o jovem fosse atendido pelo Estado, o mesmo deveria ser de alguma forma acusado de uma contravenção (TEJADAS, 2007).

De acordo com Rua (1998), anterior a década de 1980, as políticas públicas eram vistas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, entendendo a juventude nesse meio com um “estado de coisa”¹⁴. Para ela, esse estado de coisa só passaria a ocupar espaço na agenda pública quando demandasse de respostas políticas, ou seja, uma questão do campo político-social.

É importante destacar que esse conceito de Rua (1998), ajuda a entender as trajetórias das políticas públicas no Brasil destinadas aos jovens, uma vez que ela destaca que no nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, não contemplavam ações especialmente voltadas para os jovens, que no futuro, representam uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

De acordo com a autora, na década de 1980, frente a uma reestruturação produtiva, surge uma nova concepção de política, voltada para inserção dos jovens no mercado de trabalho, voltados para a capacitação e para o emprego, com enfoque marcadamente economista num contexto de redemocratização, juntamente aos ajustes econômicos na perspectiva neoliberal.

Especificamente a partir dos anos de 1988, com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, configurou-se avanços significativos na garantia dos direitos desses indivíduos, prevendo a proteção integral. Contudo, mesmo surgindo uma nova forma de executar as políticas públicas, não foi possível romper totalmente com a concepção assistencialista. O ECA previu políticas específicas no que diz respeito ao cometimento de ato infracional e não para a juventude de forma geral (TEJADAS, 2007).

Segundo Rua (1998), é importante considerar que a partir de 1990, as políticas públicas voltadas aos jovens começam a ganhar forma. Contudo, a autora salienta que devido a uma

¹⁴Definição da sociologia em relação a combinação de circunstâncias aplicadas em uma sociedade ou grupo em um momento específico.

construção história de uma sociedade com modulações dominantes sobre seus sujeitos jovens, houve interferências no processo de construção de políticas para a juventude que vão além do contexto instituído, por exemplo, no ECA.

A autora traz críticas a esse modelo instituído pela sociedade que recia um modelo passivo de políticas que não agem ativamente na produção de novas representações. De acordo com Rua (1998) há uma relação de transição e integração no mundo adulto e nesse modelo passivo, não se admite que o jovem, ora esteja fora, ora esteja dentro das estruturas sociais. Segundo a compreensão da autora, o jovem faz parte da estrutura e dessa forma precisa ser pensado como sendo parte integrante das estruturas sociais.

Esse entendimento requer um diferenciamento de modelos de políticas públicas, como participativos e democráticos, dos moldes tradicionalmente designado como cidadania tutelada, ou apenas como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade. Esse novo entendimento de política pública para juventude vem orientado como direitos plenos dentro do contexto “adulto”, porém com um olhar interno ao público que se destina, dissociado de uma cronologia ou de bases biológicas (RUA, 1998).

A partir da década de 1990, portanto, a população jovem passa a ser vista como um potencial, contudo de relação conceitual de risco social, visualizando sérios problemas no âmbito da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego. Isso soou como um alerta para se pensar em estratégias das novas formas das políticas públicas (CONJUVE (2006); WAISELFSZ (2014); PAIVA; OLIVEIRA (2015)).

Segundo Castro e Vasconcelos (2007), durante o percurso histórico de lutas por diferentes movimentos sociais em busca de políticas públicas, os movimentos de juventude contemporâneos, atuaram em um cenário neoliberal, que no Brasil, apresentou-se mais ou menos expressivo dependendo da conjuntura. Alguns estudos, ainda segundo os autores, apontam para a perda das utopias, para as lutas centradas unicamente em questões de identidade, tendendo o debate para uma errônea análise de apolitização da juventude.

Porém, como destacam Brenner e Carrano (2008), não se tratou de uma falta de participação, mas antes de uma mudança nas formas e conteúdos dessa participação da juventude. Ou seja, em face ao desgaste dos espaços tradicionais e institucionalizados de participação, que não mais dialogam com as vivências dos jovens, houve certa fragilidade na participação efetiva.

Essa fragilidade na participação, embasado nos conceitos de Rua (1998), pode ter sido reflexo de uma atuação do governo que até os anos de 1990, fazia uma distinção entre, políticas públicas para a sociedade e políticas públicas para a juventude.

Um dos marcos que começa tender para olhar mais ampliado à questão da juventude, é o impeachment de Collor, que foi impulsionado por jornadas de protestos de estudantes. Nesse processo Itamar Franco toma posse e em 13 de julho de 1993 institui a Semana Nacional do Jovem pela Lei nº 8.680 (CONJUVE, 2006).

Ainda segundo o Conjuve (2006), outro marco importante, é o I Festival Nacional de Juventude de 1998, organizado na gestão de Cristovam Buarque e sociedade civil, o qual foi sediado em Brasília. Nessa oportunidade, foram apresentadas propostas que tratavam de discutir e aprofundar a elaboração e execução de políticas de juventude.

Após mobilizações que se iniciaram nos anos de 2000, por meio de seminários, pesquisas e consultas sobre a temática juvenil, foram sendo somados esforços de grupos, movimentos e redes de jovens, que discutiam a questão da juventude de uma forma mais sistêmica (SNJ, 2013).

Segundo o Conjuve (2006), a partir do ano 2000, estudos fomentados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a realidade das juventudes, em seus diferentes contextos, apontavam para necessidade de políticas específicas para este público que contemplasse necessidades básicas como educação, saúde, lazer e trabalho.

Apesar de que até 2002 ainda não fosse possível falar de políticas estratégicas orientadas para juventude, na esfera federal, algumas propostas começaram ser executadas. Essas propostas, de acordo com o Conjuve (2006), eram guiadas na relação de prevenção e/ou controle de problemas que atingiam a juventude.

Apesar das ações andarem a passos lentos, em 2002 a Organização Brasileira de Juventude (OBJ), a UNESCO e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), considerando a diversidade de organizações e movimentos de juventude de todas as regiões do Brasil, aprovada uma carta chamada de “Agenda Jovem 2002”. Frente ao impacto por ser ano eleitoral, logo após as eleições, o debate sobre juventude ganhou força no âmbito federal (Conjuve, 2006).

Nesse processo de lutas e discussões acerca de PPJs, entre os anos de 1995 e 2002, é descrito por Sposito e Carrano (2003), um estudo que identificou 30 programas/projetos governamentais e três ações sociais não-governamentais de abrangência nacional.

De acordo com os autores, o que chama a atenção, é que tanto os projetos/programas governamentais, quanto as ações não governamentais, eram direcionados, ou faziam menção a uma determinada faixa etária de 15 a 25 anos.

Após o ano de 2002, outros programas e projetos são mencionados pela SNJ (2012)

como importantes ações que foram realizadas na perspectiva de possibilitar o acesso aos jovens. Entre esses, estavam no ano de 2003 o Programa Brasil Alfabetizado, que foi uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a SNJ e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que possibilitaram a implementação de ações direcionadas exclusivamente ao público jovem (SNJ, 2012).

Já no ano de 2003, depois de discussões que envolveram o Grupo Técnico Cidadania dos Adolescentes, foi encaminhado ao MEC, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA¹⁵), ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Assistência Social, um conjunto de propostas, articulando a percepção da necessidade de construir políticas públicas específicas para a juventude (Conjuve 2006).

Essas discussões, de acordo com o Conjuve (2006), demandaram uma nova etapa, chamada de Projeto Juventude, que começou a tramitar no Congresso Nacional. O objetivo estava relacionado a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude - Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 138/2003.

Outro fator importante em meio a essas propostas, foi a implantação da Comissão Especial de Juventude. Essa comissão objetivava uma discussão com a sociedade afim da construção do Plano Nacional de Juventude (PNJ) e do Estatuto da Juventude (Conjuve, 2006).

Outro Programa que é criado ainda em 2003, é o Programa Segundo Tempo. Promovido pelo Ministério do Esporte, objetivou desenvolver atividades recreativas e culturais com crianças e adolescentes, resgatando a cidadania, fortalecendo a boa relação familiar e a participação da comunidade nas questões locais (SNJ, 2012).

Destaque ainda no ano de 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), promovido pelo MTE. O programa objetivou reforçar a qualificação socioprofissional para assegurar a inclusão social e a inserção do jovem no mercado de trabalho (SNJ, 2012).

Segundo a SNJ (2013), em 2004, na Câmara Federal, foi instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, iniciando o processo de debate sobre a constituição do PNJ e do Estatuto da Juventude.

Também no ano de 2004, outras ações foram de extrema importância, como a Emenda

¹⁵Cabe salientar que todas as informações que dizem respeito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, são de datas anteriores a sua extinção, que ocorreu oficialmente em maio de 2016 pelo Decreto 8780, concentrando as cinco secretarias (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal), vinculadas ao MDA no Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. (BRASIL, 2016).

Constitucional nº 394, de 2005, que incluiu a palavra jovem na Constituição Federal; a Medida Provisória que foi convertida em Lei 11.129/2005, a qual cria SNJ, o Conjuve e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) (SNJ, 2013).

Ainda no ano de 2004, promovido pelo Ministério da Cultura, foi criado o Programa Cultura Viva, que teve como objetivo potencializar iniciativas culturais já existentes e que reconheçam a cultura popular brasileira em toda sua diversidade (SNJ, 2012).

Em 2005 é lançado pelo Ministério do Esporte, o Programa Bolsa Atleta, que oportuniza potencializar os talentos entre os jovens, permitindo que o atleta treine sem precisar abandonar os estudos e ainda, como o valor recebido ajudar no sustento da família (SNJ, 2012).

Outro programa lançado em 2005, é o Programa Escola de Fábrica. Promovido pelo MEC, possibilita a inclusão de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação profissional oferecidos no próprio ambiente das empresas. Tem como finalidade estimular o ingresso e a permanência dos jovens na educação básica regular e envolver o setor produtivo na formação desses jovens, aliando responsabilidade social à necessidade da indústria de contar com trabalhadores qualificados (SNJ, 2012).

Também no ano de 2005, são criados os Programas Juventude e Meio Ambiente, pelo MEC e do Meio Ambiente, que buscou incentivar o debate sobre o tema entre os jovens. O Programa visa ampliar a formação de lideranças ambientalistas e fortalecer os coletivos jovens de meio ambiente nos estados e na Rede da Juventude pelo meio ambiente. Outro foi o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Implantado pelo MEC, tinha por objetivo ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular (SNJ, 2012).

No ano de 2007, outros programas e projetos foram sendo implementados, como: Programa Escola Aberta, pelo Ministério da Educação. O programa previa atividades voltadas a toda a comunidade, sendo que os jovens eram os principais beneficiários do Programa; e o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed). Promovido MEC, teve a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio e de ampliar a capacidade de atendimento em todo o país; Por fim, ainda em 2007, destaca-se o Projeto Agente Jovem, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foi destinado a jovens de 15 a 17 anos, tendo como objetivo o desenvolvimento pessoal, social e comunitário (SNJ, 2012).

É importante ainda destacar as Conferências Nacional de Juventude ocorridas nos anos

de 2008, 2011 e 2015. As conferências além de garantir o direito à participação, reforça um segundo aspecto relevante da Política Nacional de Juventude, que é o incentivo à multiplicação de espaços institucionais específicos para os jovens (SNJ, 2013).

A I Conferência Nacional de Juventude ocorrida em 2008 também é considerada um marco importante na agenda do País. Mobilizou de acordo com a SNJ (2013), 400 mil pessoas em municípios e estados brasileiros, sendo realizadas 841 conferências municipais e regionais e outras 27 estaduais.

Na II Conferência, ocorrida em 2011, houve mais de 1.500 conferências territoriais, municipais e estaduais, livres, virtual e da consulta aos povos e comunidades tradicionais. Este encontro foi marcado pela presença de uma delegação internacional de 14 países da América do Sul, África, América do Norte e Europa, ampliando o diálogo entre governos e sociedade civil e a cooperação internacional nas políticas públicas de juventude (SNJ, 2015).

Ainda em 2011, foi instituído o comitê permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (Condraf) por meio da Resolução nº 79, o qual prevê tanto a proposição como o acompanhamento de políticas, sejam finalísticas e/ou transversais dirigidas aos jovens que desenvolvem atividades rurais (SNJ, 2015).

Outro marco importante a destacar, é o I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas ocorrido em 2012, que diante da mobilização social, a SNJ, com o apoio do MDA, pretendia a partir do seminário, construir uma articulação nacional permanente entre o governo federal e a sociedade civil - organizações e movimentos sociais - para debater e elaborar políticas públicas para e com os jovens rurais (SNJ, 2012).

O foco do seminário, não era debater apenas políticas públicas específicas para a juventude, mas disputar e construir outro modelo de sociedade, que se contraponha ao modelo capitalista, concentrador, injusto e desigual. Neste aspecto, questões como, a democratização do acesso à terra - via reforma agrária ampla e efetiva -, o incentivo à agricultura familiar – por meio de modos de produção sustentável -, foram pontos fundamentais que nortearam o encontro (SNJ, 2012).

A proposta que foi apresentada e defendida pela juventude, era um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, que envolvesse o meio rural como um todo, sustentado de que, o campo é espaço de vida e trabalho, cujo o centro são os sujeitos do campo e não as máquinas (SNJ, 2012).

Segundo a SNJ, a partir das discussões e proposição realizadas no seminário, alguns programas e ações foram sendo aos poucos desenvolvidas, dando destaque, por exemplo, ao

Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, denominado Juventude Viva, que visa prevenir a violência e combater sua banalização por meio de políticas de inclusão e ampliação de oportunidades para os jovens negros; o Programa Estação Juventude, que tem por objetivo informar sobre as Políticas Públicas de Juventude, construir percursos para a inclusão dos jovens e assegurar a integração territorial das políticas, programas e ações, com novas tecnologias e redes sociais; o Observatório Participativo da Juventude (Participatório) que, inspirado nas redes sociais, se caracteriza como um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude; e o Programa Juventude Rural, de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda para os jovens rurais, em especial, ribeirinhos, indígenas e quilombolas; além do apoio ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores estaduais e municipais de juventude (SNJ, 2012, p.6).

A III Conferência Nacional de Juventude ocorreu em 2015 e buscou reconhecer e incorporar ao debate político, novas formas de participação e de expressão da juventude, reconhecendo a cultura, a arte e a produção de conhecimento da mesma como forma de fazer política (SNJ, 2015).

A discussão da III Conferência serviu ainda de subsídio para as propostas discutidas durante a conferência em apoio a elaboração do Plano Nacional de Juventude, com foco no controle social de políticas públicas (SNJ, 2015).

Em relação a programas ministeriais que dizem respeito especificamente aos jovens rurais, os mesmos estão demonstrados no quadro 2, item 2.2. São programas, em sua maioria articulados pelo MDA em parceria com outros ministérios, como MEC, o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); Ministério da Defesa (MD); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-sul) e a SNJ, programas que visam em sua maioria o fortalecimento da agricultura e a permanência do jovem no campo.

2.2. Políticas públicas e ações voltadas à juventude rural

Como foi possível constatar no item anterior, historicamente, o Estado sempre foi omissivo em relação as juventudes, mais do que isso, na promoção de Políticas Públicas voltadas a esse público. A partir dos anos de 1990, foi possível perceber que ações como a promulgação do ECA e a criação do CNJ, as conferências, os seminários, a criação do Estatuto da Juventude, entre outras, dão início e começam a consolidar alguns direitos e

garantias para os jovens no que diz respeito as PPJs.

Apesar dos inúmeros avanços nas políticas públicas e programas voltados aos jovens, a implementação e a participação da população jovem na elaboração das mesmas ainda é insuficiente. No que diz respeito às políticas e programas específicos para a juventude rural, a limitação é ainda maior.

De acordo com Barcellos (2014), ainda que alguns jovens rurais encontrem-se inseridos em organizações coletivas no meio rural, que prestam apoio a esta população, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); a Via Campesina Brasil; o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI); a Pastoral da Juventude Rural (PJR); a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), ainda é possível constatar fragilidades na concretização de programas e políticas públicas para os jovens rurais.

Neste item, será apresentada algumas reflexões de autores como Carneiro (1998); Conjuve (2006); Castro (2009); Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014), que discorrem a respeito das políticas públicas para juventude rural bem como alguns programas que são específico para esses jovens.

De maneira geral, as políticas específicas, tanto para jovens urbanos, quanto rurais, possuem como base a Política Nacional de Juventude, contudo a comparação de acesso entre o meio urbano e rural, no que diz respeito as estruturas sociais básicas, constata-se limitações ao jovem rural em relação ao jovem urbano (BARCELLOS, 2014).

Segundo Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p.127), as políticas públicas voltadas a juventude rural, devem ser pensadas conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que possa efetivamente superar as desigualdades geradas historicamente pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no latifúndio e no agronegócio, ou seja, de acordo com os autores,

[...] pensar políticas públicas para a emancipação e autonomia da juventude rural é também estar consciente da necessidade de superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no latifúndio, no agronegócio e na concentração dos bens naturais comuns.

Como foi discutido no item anterior, o debate que envolve as juventudes e sua relação com as políticas públicas, requer ampliar a compreensão da juventude como uma categoria multidimensional e diversa, que a reconheça como sujeitos de direito, autônomos e corresponsáveis. As PPJs precisam visar a qualidade de vida tanto nos espaços urbanos quanto os rurais, o que depende de ações integradas de promoção da saúde, esporte, lazer e meio ambiente, baseadas na cooperação solidária e na gestão democrática e compartilhada, incluindo as juventudes (Conjuve, 2006).

No que se refere ao caráter particular do meio rural, inúmeros são os desafios enfrentados pela juventude nesse contexto. Entre estes, o Conjuve (2006, p. 36), destaca “[...] a precariedade e, inclusive, a ausência das políticas públicas que estimulem e [...] garantam o acesso à terra e aos mecanismos para torná-la produtiva e sustentável, assim como assegurem os direitos trabalhistas”. Diante disso,

[...] a falta de oportunidades de geração de ocupação e renda, que proporcione a construção de projetos de vida autônomos em relação à família; a inexistência dos serviços de infraestrutura social nas áreas de educação pública, saúde, cultura e lazer; o esvaziamento populacional e a masculinização das áreas rurais, provocados, fundamentalmente, pela falta de perspectivas de permanência no espaço rural, coloca a migração como uma alternativa forçada e não como um exercício de liberdade de escolha de cada indivíduo (CONJUVE, 2006, p. 36).

De acordo com Strapasolas (2014), refletir sobre juventude rural e sua relação com as políticas públicas, exige refinamentos teórico-metodológicos em que, por dada a complexidade em torno desta categoria, requer principalmente, reconhecer as particularidades dos contextos sociais em que os jovens estão inseridos.

Carneiro (1998) e Castro (2009) afirmam que a inserção do jovem rural no contexto das políticas públicas, se restringe ao seu papel como agente produtivo na manutenção e ampliação do patrimônio familiar, aspecto este que pode representar uma forma de segregação da juventude a outras dimensões da vida social.

De acordo com Carneiro (1998, p. 1), muitos estudos relacionados à juventude rural, referem-se ao jovem apenas na “[...] condição de aprendiz de agricultor dos processos de socialização e de divisão do trabalho no interior da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente pela ótica do trabalho”.

Segundo Renk, Dorigon e Bagnara (2014), esse processo de socialização de jovens na família rural acontece de forma gradativa, pois aos poucos os pais vão inserindo seus filhos em algumas atividades da propriedade, condição essa deixa o jovem subalterno aos pais.

De acordo com Renk e Dorigon (2014), é possível observar que essa dinâmica na família rural, em relação ao trabalho, possa ser uma herança da condição subalterna que os camponeses estiveram condicionados no período das colônias, fosse pelos patrões na Europa ou pelos comerciantes.

Os resquícios de um processo de socialização que era marcado pelo trabalho duro e pesado, não dava garantias de uma condição segura de produtividade, visto que do plantio até a colheita, estava suscetível a diferentes intempéries. Essas experiências iam sendo internalizadas pelos jovens no processo de socialização até atingirem o grau de agricultor, quando considerados adultos (RENK; DORIGON, 2014).

Visto que o rural passou por grandes transformações, seja nas formas de produção, ou de socialização do trabalho e as novas inserções sociais, Renk e Dorigon (2014) destacam que a partir do contato com outras categorias sociais, os jovens começaram a ter uma nova percepção sobre o processo de socialização, recusando-se aos valores que foram até então dogmatizados.

De acordo com Stropasolas (2014), há uma concepção de que a modernização nos processos de trabalho no campo possa ter excluído ou criado uma divisão entre os que tem condições de investir e acompanhar o processo de modernização e os que não conseguem.

Ao mesmo tempo em que os processos de produção seguiram uma tendência tecnológica de modernização, no aspecto social isso não aconteceu da mesma forma. A configuração de um rural modernizado não ofereceu condições adequadas de educação, lazer e saúde aos agricultores que não conseguiram acompanhar as tendências. Essa nova configuração, levou os jovens rurais a buscar essas necessidades nos centros urbanos (STROPASOLAS, 2014).

Carneiro (1998) refere que devido o meio rural não oferecer aos jovens as mesmas possibilidades que o meio urbano vislumbra, a cidade tem sido considerado o espaço “privilegiado” para a juventude construir, descobrir e realizar seus desejos e projetos, e ter acesso a serviços e bens de consumo como: cinema, shoppings, restaurantes, universidade, entre outros.

Nessa perspectiva, Carneiro (1998, p. 257), descreve que,

[...] as opções de lazer no campo são bastante limitadas, o que tem sido alvo de críticas e de insatisfação por parte dos jovens. A ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração. Essa carência de lazer (possibilidade de viajar, de ir a festas, passear etc.) é apontado como um desejo idealizado por grande parte dos jovens rurais (e urbanos), no caso de não estarem sob limites de dinheiro, de tempo

ou de repressão familiar.

Essa busca pelo desejo de realização dos projetos de vida que não são oportunizados no campo, de acordo com a percepção dos jovens como descreveu Carneiro (1998), configurou um novo processo de migração. Diferente daquele das gerações passadas que buscava endorreprodução camponesa (RENK e DORIGON, 2014) na busca de terra para assegurar a reprodução social camponesa, esse novo processo vivenciado pelos jovens, visa novas perspectivas, diferentes daqueles de seus pais.

O fenômeno da migração ou êxodo rural, principalmente, de jovens rurais, se constitui em uma das dimensões estruturais que têm pautado agendas voltadas para pensar ações e políticas públicas que possam minimizar a saída desta categoria do meio rural. Entretanto, mais do que isso, é preciso visualizar as relações existentes entre o rural e o urbano, e de como, esta inter-relação interfere nas trajetórias e nos projetos de vida (STROPASSOLAS, 2014).

Segundo Camarano e Abramovay (1999), o processo migratório dos jovens, principalmente, possibilitou uma atenção redobrada no fenômeno social que aconteceu, pois essa nova realidade provocou a ascensão da juventude como a categoria social, porém ocasionou ainda mais a vulnerabilidade do jovem rural.

O processo que fragilizou a juventude, de acordo com Weisheimer (2005), levando os jovens migrarem para os centros urbanos, como já foi discutido, não é a busca apenas de um trabalho, pois como destaca a Epagri (2016), o meio rural também é responsável por uma grande empregabilidade, podendo ser considerada um amplo espaço de oportunidades de profissionais.

Contudo, as desigualdades no meio rural, em decorrência de disparidades de desenvolvimento regional, construídas historicamente em diferentes níveis entre as quais se destacam “[...] às hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, ao acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às políticas públicas e aos bens da modernidade”, são determinantes para o processo migratório (STROPASOLAS, 2014, p. 185).

Nesta direção, o autor (2014, p.190) chama a atenção para a importância em considerar, no processo de construção das políticas públicas, “[...] os novos perfis identitários que vêm sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude”.

[...] pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros. (STROPASOLAS, 2014, p.195).

A complexidade que envolve a implementação de ações integradas, que contemplem a diversidade social das juventudes rurais, requer, portanto, questionar a versão setorializada ou individualizada de políticas. Requer ainda rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, e por fim, ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos sociais, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens na sua maior diversidade possível” (STROPASOLAS, 2014, p.196).

No quadro 2 é possível observar programas que foram mapeados a nível federal e que dizem respeito as políticas públicas para juventude rural. Com a finalidade de fortalecer a agricultura e promover com isso o estímulo do jovem em investir na agricultura, os programas são em sua maioria articulados pelo extinto MDA em parceria com outros ministérios.

Quadro 2: Programas direcionados aos jovens rurais, instituídos por Ministérios no período de 2003 a 2010

PROGRAMAS	ANO	MINISTÉRIO/ PARCEIROS	OBJETIVO
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	2003	MDS; MDA	O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, contribuindo para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.
Nossa Primeira Terra	2004	MD; MDA	Podem participar jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. O programa estimula a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilita qualificação técnica e maior inovação tecnológica nas propriedades rurais.
Programa Pronaf Jovem	2004	MDA	Contempla jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional. É uma linha de financiamento do Programa Nacional da

			Agricultura Familiar especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares.
Projovem campo – Programa Saberes da Terra	2005	MTE; MDA	O objetivo do Programa é um programa nacional de educação que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino. No Programa são repassadas também as noções básicas da legislação que ampara o trabalhador rural.
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)	2005	SGPR; SNJ; MTE	Destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental. O curso proporciona aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias, recebendo um incentivo mensal de R\$ 100, desde que cumpram 75% da frequência às aulas e demais atividades previstas.
Consórcio Social da Juventude Rural	2007	FETRAF-SUL/CUT; MDA; MTE	Os beneficiários são jovens rurais com idade entre 16 e 24 anos, de origem familiar com renda per capita de até meio salário-mínimo, que estejam em situação de desemprego no campo. Durante o processo de formação, os jovens aprendem a lidar com valores humanos, com aulas de ética e cidadania, além de educação ambiental e gestão para o desenvolvimento. O projeto tem a duração de seis meses e durante os quatro primeiros cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 150,00. Nos dois meses restantes, eles formularão o próprio projeto produtivo que poderá ser viabilizado por meio dos programas Nossa Primeira Terra ou Pronaf Jovem.
Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMP O)	2010	União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	Tem como objetivo apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Fonte: MARTINELLI, 2016.

Ao mapear os programas e projetos elencados no quadro 2, é possível observar que houve avanços nas políticas voltadas para a juventude rural. Muitas das reivindicações que foram discutidas pelos jovens nas diferentes mobilizações que foram apresentadas ao longo deste trabalho, tiveram resultados positivos. De acordo com o Conjuve (2006), os programas estão sendo formulados a partir do reconhecimento da diversidade regional e das demandas

das populações rurais.

Entre as principais políticas públicas conquistadas, a maioria fora vinculadas ao MDA, como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Pronaf Jovem; Nossa Primeira Terra; Saberes da Terra e o Consórcio Social da Juventude Rural, os quais serão detalhados na sequência.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): O programa teve um grande impulso a partir de 2003. É responsável pelo financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, disponibilizando inúmeras linhas de acesso a crédito para custeios e/ou investimento, a exemplo, do Pronaf Jovem. Tem como objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos no meio rural ou em áreas comunitárias próximas que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras (Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), 2014).

Em relação a esta linha de crédito, existem critérios estabelecidos pelo BNDES para que o jovem se enquadre no programa. Segundo o BNDES (2014, p.s/n), poderão acessar esta linha de crédito, todos “[...] os jovens rurais na faixa etária entre 16 e 29 anos, que sejam integrantes de unidades familiares, e que se enquadrem no “MCR¹⁶ 10-2” que, além da apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa, atendam a uma ou mais das seguintes condições”:

- I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
- II - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição de ensino superior, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
- III - tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;
- IV - tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira; e
- V - tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo).

Pronaf-Jovem: Segundo o Conjuve (2006, p.113), um dos principais programas para a

¹⁶Manual de Crédito Rural.

juventude rural é o Pronaf Jovem. Constituído a partir de “[...] uma linha de crédito especial destinada a agricultores com idades entre 16 e 25 anos, que estejam concluindo o Ensino Médio em centros familiares ou escolas técnicas agrícolas”.

O programa faz parte das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec campo) e tem como objetivo principal preparar o jovem para permanecer no campo e para a sucessão familiar rural (Conjuve, 2006).

Nossa Primeira Terra: criada dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), tem como objetivo possibilitar aos jovens a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural. (Conjuve, 2006).

Consórcio Social da Juventude Rural: O projeto partiu do Programa Primeiro Emprego e foi adaptado ao meio rural, tendo como objetivo principal promover espaços coletivos de formação de jovens agricultores familiares em agentes de desenvolvimento, qualificando suas intervenções nas políticas públicas, para construção de alternativas de geração de renda e no seu processo organizativo.

De acordo com o Conjuve (2006, p. 113), “[...] os jovens aprendem a lidar com valores humanos, com aulas de ética e cidadania, além de educação ambiental e gestão para o desenvolvimento”, a fim de estimular os jovens a participarem e contribuírem nas organizações da agricultura familiar, ocupando espaços nas direções, conselhos, entre outros espaços da comunidade.

Saberes da Terra: Este programa prevê “[...] ampliar o acesso e a qualidade da educação respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo”. Assim, é oferecida aos jovens agricultores uma qualificação profissional e escolarização de qualidade. (Conjuve, 2006, p.113).

Apesar do número significativo de programas direcionadas para juventude rural, de acordo com a Comissão Nacional dos Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Cnjtt) (2007), o acesso às políticas públicas, apresenta sérios entraves.

Entre esses, a Cnjtt (2007) aponta para a burocracia que envolve o cadastro e a documentação necessários para a inclusão nos programas ou linhas de crédito. Este fator é potencializado ainda pela falta de colaboração e de interesse de alguns atores, principalmente

os que prestam assistência técnica para elaboração de projetos.

De acordo com a Cnjtt (2007), muitos dos jovens não tem conhecimentos dos programas disponíveis para sua categoria. Além da desinformação dos mesmos em relação aos programas, os jovens precisam enfrentar ainda o despreparo dos atores responsáveis por mediar os projetos e as ações.

Como foi possível observar no item 2.2, a desigualdade na diversidade social da juventude rural, que está diretamente ligada ao fenômeno da migração, sempre foi um complicador que comprometeu o as propriedades agrícolas familiares (STROPASOLAS, 2014)

A invisibilidade dos jovens rurais frente as políticas públicas, e a fragilidade na execução dos programas e políticas públicas existente, é descrita por Carneiro (1998) como um fator de exclusão, uma vez que, em sua grande maioria, as políticas públicas historicamente têm negligenciado os jovens e mais especificamente os jovens rurais.

A afirmação descrita por Carneiro (1998) está segundo o Conjuve (2006), relacionada à ausência de prioridades em relação a grupos específicos ou minoritários. Apesar de que os jovens sejam considerados, teoricamente como sujeitos chave para o desenvolvimento rural, algumas das dimensões que foram sendo elencadas ao longo do texto, interferem na permanência do jovem no meio rural e impedem que o mesmo seja protagonista de seu desenvolvimento social e econômico (Conjuve (2006); Cnjtt (2007); CASTRO (2009); BARCELLOS (2014)).

Em nível estadual, de Santa Catarina, destaca-se o Programa SC Rural, o qual desenvolve ações voltadas para o jovem rural no município de Chapecó por meio do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo.

3 PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Neste capítulo será apresentado dados básicos de Chapecó referente a população e a distribuição fundiária, em que será possível perceber o poder que as agroindústrias exercem sobre a região, concentrando em seus domínios as propriedades de forma integradas, excluindo de certa forma parte das famílias produtoras que estão em uma faixa de produção em baixa escala. Contudo, também será possível perceber que há um grande diversidade de produção no setor agrícola, principalmente da agricultura familiar que tem sua produção diversificada.

O capítulo expõe uma breve contextualização dos programas do Microbacias 1 e 2, uma parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial. O Microbacias tinha como objetivo iniciar um modelo de agricultura sustentável a partir da conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade.

É apresentada ainda neste capítulo, a Epagri, criada em 1991, que busca o conhecimento, a tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade; e o Programa SC Rural, que é a continuidade de uma política pública iniciada com os programas Microbacias.

3.1. Dados básicos de caracterização de Chapecó

Composta por pequenas propriedades, 70% das propriedades rurais possuem área inferior a 20 ha conforme Tabela 1. Contudo, cabe observar que, apesar de 70% das propriedades rurais de Chapecó possuírem até 20 ha, não necessariamente sejam caracterizadas como pequena propriedade¹⁷ e, como isso, se enquadrem nos critérios do MDA (CHAPECÓ, 2015).

¹⁷ Pequena Propriedade: imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais (a classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município) (<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>).

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Chapecó

TAMANHO (ha)	NÚMERO DE PROPRIEDADES	% DA ÁREA (ha)
Menos de 5	416	22,65
05 a 09	406	22,10
10 a 19	539	29,34
20 a 49	363	19,76
50 a 49	77	4,19
100 a 199	25	1,36
200 a 499	07	0,38
500 a 999	03	0,16
1000 a mais	01	0,04
TOTAL	1837	100,00

Fonte: (CHAPECÓ, 2015).

Chapecó, apesar de ter uma extensa área rural, tem seu destaque econômico a nível nacional, no segmento da produção agroindustrial. Fortemente aquecido, é responsável também por impulsionar outros setores que prestam serviços direto ou indiretamente para as agroindústrias, como o setor metal mecânico, o de serviços e o de transporte (CHAPECÓ, 2015).

Meister (2001) destaca que a agricultura em Chapecó, por ser uma produção em baixa escala, grande parte das famílias produtoras estão fora do processo de integração que predomina no Oeste Catarinense, tendo uma diversificação na produção.

Das propriedades integradas, atualmente muitas estão atreladas as duas maiores empresas frigoríficas na região, a Sadia¹⁸ e Cooperativa Central Aurora Alimentos, cooperativa do segmento agroindustrial, com outras cooperativas filiadas. A atuação de ambas empresas se dá principalmente no processamento de pequenos animais, como frango, peru e suínos, sendo que há uma participação também no segmento do recebimento de leite e, especificamente na CooperAlfa, o recebimento de grãos (MEISTER, 2001).

Cabe destacar, que estas duas empresas foram de grande valia para o processo de crescimento e de desenvolvimento, não só de Chapecó como também da região Oeste, impulsionando o crescimento econômico. A partir da instalação dessas empresas, houve um fortalecimento por parte das políticas e instituições públicas que visavam incentivar a industrialização e a descentralização econômica, o que ocasionou a intensificação de pólos

¹⁸Atualmente BRF.

regionais (MEISTER, 2001).

Visto em um primeiro momento como um processo importante para o desenvolvimento regional, de acordo com Meister (2001), com o passar dos anos, mostrou que a consequência do modelo de integração, trouxe uma série de fragilidades, tanto no meio urbano quanto rural no que diz respeito ao direcionamento das políticas públicas, tanto das esferas estaduais quanto as municipais. Essas fragilidades se deram devido as estratégias privadas dessas empresas.

Alguns dessas consequências podem ser dadas, como exemplos, o crescimento desordenado dos espaços urbanos que não contavam com uma infraestrutura adequada. No oposto de uma ocupação desordenada está o êxodo rural, ponto crucial desse processo que culminou com a exclusão do meio rural. Muitas das famílias tiveram que abandonar suas terras por não terem conseguido efetuar os investimentos produtivos exigidos pelas empresas no processo de integração (MEISTER, 2001).

No segmento das agroindústrias, o município de Chapecó conta também com agroindústrias familiares, que totalizam 17 unidades. Essas caracterizam-se pelo processamento da produção agrícola sob o controle dos agricultores, uma das alternativas para não aderir ao poder do agronegócio (CHAPECÓ, 2015).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó (PDRC), uma característica dessas agroindústrias familiares no município, é a diversificação em termos de produtos agrícolas processados, como os laticínios, pescado, carnes – bovina, suína e de aves –, e conservas (CHAPECÓ, 2015).

No setor de produção agrícola, Chapecó é bem diversificada, tanto nas culturas perenes quanto de culturas anuais ou temporárias. Ainda há uma predominância na produção da soja e do milho, contudo, outras culturas como arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, trigo e triticale, também são produzidos (CHAPECÓ, 2015).

O PDRC mostra ainda uma produção na fruticultura, na produção de hortigranjeiros e no pescado. Na agropecuária, o destaque é para produção bovina de carne e leite, na produção de aves e de suínos, que representa a maior potência do município junto as agroindústrias de integração (CHAPECÓ, 2015).

Outro segmento econômico que vem fomentando atividades no meio rural de Chapecó são os atrativos turísticos no espaço rural. Dentre as opções de turismo, destacam-se o Vale do Rio Uruguai, Mirante da Ferradura, Trilha do Pitoco, Museu Tropeiro Velho, Capela São Carlos (Colônia Bacia), Gruta de Sede Figueira e o Museu da Cultura Italiana. São espaços em sua maioria administrado por famílias da própria comunidade rural (CHAPECÓ, 2015).

3.2. Epagri

A Epagri é uma empresa pública, criado em 1991, é vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A criação da Empresa uniu os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas e fortalecendo ainda mais o setor. A Epagri se caracteriza pela fusão da EMPASC, a ACARESC, EMATER-SC, Acarpesc e o IASC (EPAGRI, 2016).

A empresa conta com escritórios em todos os municípios catarinenses, 23 gerências regionais, nove centros de pesquisa e treze centros de treinamento. Possui ainda cinco centros especializados de estudos e projetos, a saber: Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca – CEDAP, Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina - CIRAM, Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - CEPA, Parque Ecológico Cidade das Abelhas – PECA, todos localizados em Florianópolis e o Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – CEPAF, localizado em Chapecó (EPAGRI, 2016).

Até o ano de 2013 a Epagri contava com 38 programas executados e criados ao longo do tempo e que foram reestruturados e revistos, sendo reduzidos para 11 programas institucionais inseridos em quatro macroprogramas com vinculação direta aos objetivos da Epagri que busca: 1 - Promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais; 2 - Buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores; e 3 - Promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro (EPAGRI, 2016).

Os 11 programas desenvolvidos pela Epagri, descritos no quadro 3, se voltam para a produção de tecnologias, produtos e serviços para o atendimento das famílias rurais, sendo caracterizados da seguinte forma: dois como programas de recursos naturais (gestão social do ambiente; tecnologias ambientais); sete são relacionados à competitividade das cadeias produtivas (aquicultura e pesca; fruticultura; gestão e mercados; grãos; olericultura; pecuária; recursos florestais); e outros dois à qualidade de vida no meio rural (atividades não agrícolas e de autoabastecimento; capital social e humano) (SOUZA, 2012).

No Quadro 3, é possível visualizar os programas desenvolvidos pela Epagri:

Quadro 3: Programas desenvolvidos pela Epagri

PROGRAMAS QUE SÃO DESENVOLVIDOS PELA EPAGRI	
Cadeias e arranjos produtivos	Fruticultura
	Gestão e mercados
	Grãos
	Olericultura
	Pecuária
	Recursos Florestais
	Aquicultura e Pesca
Desenvolvimento Organizacional	Gestão e Desenvolvimento Institucional
Fortalecimento do capital social e humano	Capital Humano e Social
Melhoria da qualidade socioambiental	Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental
	Gestão Social do Ambiente
	Tecnologias ambientais

Fonte: MARTINELLI, 2016.

Em sua missão, de acordo com a Epagri (2016), a mesma busca o conhecimento, a tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade, objetivando promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Desta forma, acredita que é possível alcançar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores, promovendo a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro.

Além dessa perspectiva de qualidade na produção, quando se trata do aumento da produtividade, a Epagri vislumbra também a qualidade de vida dos agricultores com atenção ao bem-estar e a inclusão das comunidades rurais como um todo (EPAGRI, 2016).

De acordo com a Epagri (2016), junto às atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural, a empresa presta diversos serviços à sociedade, entre os quais se destacam a divulgação de informações meteorológicas, as análises de solo, de água, de tecidos vegetais e de produtos para a alimentação animal.

Segundo Steinwandter (2016), as experiências acumuladas pela Epagri por meio dos diferentes projetos e ações que foram sendo desenvolvidas ao longo de sua trajetória, possibilitou a percepção da importância do jovem rural como sendo prioridade em suas ações.

Como destaca Souza (2012), a inserção da Epagri no universo da assistência técnica,

fomenta uma atuação visando o desenvolvimento de agricultores e pescadores artesanais e de suas organizações, ponderando sobre as políticas e sua orientação e a intervenção. Isso se dá na busca do melhor resultado daquelas políticas e ações que estejam sendo desenvolvidas.

3.3. Programa Microbacias

O programa Microbacias se estabeleceu com uma parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial, que por considerar a microbacia hidrográfica como uma unidade de planejamento, buscou o manejo e conservação do solo e água a partir do programa Microbacias/Bird 1, que teve início em 1991 e se estendeu até 1999 (SC RURAL, 2016).

Segundo Back; Fontana e Cittadin (2000), em Santa Catarina, desde 1951 é desenvolvido serviços de extensão rural, o que possibilitou que desde muito cedo fosse possível trabalhar com programas relacionados à conservação e recuperação do solo e da água.

Ainda de acordo com os autores, além dos ganhos econômicos devido o aumento da produtividade e diminuição dos custos devido o manejo e conservação dos solos, o programa proporcionou uma intensa troca de experiências entre os produtores. A metodologia contemplava a realização de dia de campo, seminários municipais e regionais além dos trabalhos de mutirão nas propriedades e as ações em escolas.

O Microbacias/Bird 1 previa a recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas. No período entre 1991 a 1998, o Programa beneficiou 103.210 famílias. O objetivo era iniciar um modelo de agricultura sustentável. Contudo, devido a fatores de mudanças econômicas e sociais que aconteceram durante a década de 1990, os recursos não foram suficientes (SC RURAL, 2016).

A segunda etapa do referido programa aconteceu entre os anos de 2002 a 2009, chamado de Prapem/Microbacias 2. Seu objetivo, além de contemplar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, buscou promover “o alívio” à pobreza rural, por meio de ações integradas que visavam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável (SC RURAL, 2016).

O programa Microbacias 2, abrangeu 880 microbacias hidrográficas, sendo beneficiadas 450.000 pessoas no meio rural. Nesta etapa foram atingidos 21.270 jovens rurais com as ações

de assistência técnica e extensão rural (SC RURAL, 2016).

De acordo com a Epagri (2016), a execução dos programas, se deu pela assistência técnica da Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC), empresa vinculada a Secretaria de Agricultura, que empenhou recursos humanos e financeiros do estado, o qual entrou com 50% de contrapartida, para desenvolver ações extensionistas (SC RURAL, 2016).

3.4. Programa Santa Catarina Rural

Com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento humano na perspectiva de uma inserção social e uma melhor qualidade de vida, o Programa SC Rural visa aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas (SC RURAL, 2016).

O Programa SC Rural é continuidade a uma política pública iniciada com os programas Microbacias por meio do Governo do Estado com financiamento do Banco Mundial. Conforme dados da Epagri (2016), por meio do apoio aos planos de negócio, seja de um município ou de uma região, o SC Rural tem uma atuação em diversas atividades como:

- Assistência técnica e extensão rural;
- Pesquisa e estudos;
- Capacitação de técnicos e beneficiários nas áreas técnica e gerencial;
- Gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Cursos em Gestão, Liderança e Empreendedorismo para jovens do campo e do mar e de protetores ambientais na política de pagamento por serviços ambientais e de proteção ambiental;
- Apoio a projetos em atividades não agrícolas como turismo e artesanato;
- Estruturação de roteiros turísticos;
- Apoio à organização de agricultores para atividades de certificação fitossanitária, inspeção e certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose;
- Monitoramento da qualidade de produtos de empreendimentos e da produção orgânica;
- Implantação de projetos-piloto de oferta de internet e telefonia a comunidades rurais,

com capacitações em inclusão digital; e

- Melhoria de estradas rurais em complementação aos projetos apoiados.

Na coordenação do Programa SC Rural, se destaca o papel da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, que por meio da Secretaria-Executiva Estadual do SC Rural, definiu como executores do programa suas empresas vinculadas: a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) Secretaria de Infraestrutura (SIE), a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Fundação do Meio Ambiente (FATMA); Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), a qual está a frente do Curso em Gestão, Liderança e Empreendedorismo para jovens do campo (SC RURAL, 2016).

3.5. Atuação da Epagri com jovens rurais: curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo

O curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens, faz parte das atividades desenvolvidas no Programa SC Rural e tem como objetivo formar lideranças rurais e desenvolver o espírito empreendedor dos jovens agricultores. Assim, segundo a Epagri (2016), com um olhar sobre a diversidade de cada região, o curso busca incentivar a discussão sobre sucessão familiar nas propriedades rurais, bem como as demandas específicas de cada jovem, possibilitando a articulação teórica e prática que visa a formação pessoal e técnica. Na condução do curso, está a Epagri como ator facilitador do mesmo.

A iniciativa de um trabalho específico com a juventude rural no programa do SC Rural, se deu, de acordo com Poletto (2016), a partir de um questionamento a respeito do que seria importante fazer para que o jovem rural pudesse permanecer motivado a continuar no meio rural.

Segundo o autor, esse questionamento levou a Epagri a pensar em possibilidades efetivas de atuação que pudessem ter efeitos positivos sobre a vida dos jovens rurais que seriam beneficiados no âmbito do SC Rural.

Steinwandter (2016) observa que sempre fizeram pauta nas discussões dos projetos da Epagri, a possibilidade de dar andamento em novos projetos voltados aos jovens após o

término do programa do Microbacias.

Ainda de acordo com o autor, entre 2009 e 2010 a Gerência de Extensão Rural e Pesqueira, aproveitando a oportunidade da preparação do Programa SC Rural, apresentou uma proposta de trabalho à diretoria da Epagri e ao grupo responsável pela elaboração do novo programa SC Rural.

Assim, foi idealizado um curso de formação que pudesse auxiliar o jovem nas novas técnicas e tecnologias voltadas à área de desenvolvimento humano e ambiental. Nessa perspectiva, a ação inicial da Epagri foi propor o curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens rurais (POLETTTO, 2016).

Figueró (2016) salienta que apesar de previsto o trabalho com a juventude rural em face da parceria firmada entre o Banco Mundial e o Governo de Santa Catarina a partir de 2010, algumas ações do Programa SC Rural, iniciaram mais tarde, sendo uma dessas as ações com os jovens rurais.

Segundo a autora, esse início posterior, se deu devido a falta de uma estratégia definida para o trabalho. Após alguns trâmites legais, se tentou primeiro a contratação de uma consultoria para desenvolver os trabalhos, o que não se concretizou. Optou-se então pela execução da própria Epagri por meio da Ater.

Após a definição de como seriam realizadas as ações com os jovens rurais, o centro de treinamento da Epagri em Chapecó, iniciou a prospecção de jovens interessados. Com o andamento das atividades, a Unidade de Gestão Técnica (UGT) do Oeste Catarinense, representada pelas gerências regionais de Chapecó, São Lourenço do Oeste e Xanxerê se depararam com questões relacionadas a sucessão familiar e ao êxodo rural (FIGUERÓ, 2016).

A referida autora destaca que no início não foi fácil compor as turmas devido o alto número de desistências, originadas por questões diversas como: falta de mão de obra na propriedade; por problemas familiares; pela saída do campo para trabalhar na cidade; e pelo desestímulo em continuar desenvolvendo atividades agrícolas nas propriedades rurais.

Contudo, após inúmeras reuniões que envolveram as UGTs, chefes dos centros de treinamento e outros responsáveis envolvidos, deram início em 2012 ao primeiro curso de liderança, gestão e empreendedorismo com jovens no centro de treinamento de Tubarão – SC. Já em 2013 todos os centros de treinamentos da Epagri estavam preparados e já ofereciam o curso (STEINWANDTER, 2016).

Como destaca Gerber (2016), o curso foi fundamental para esse novo olhar que se está tendo sobre o meio rural, que busca integrar cada vez mais o rural e urbano, diminuindo as fronteiras de acesso aos bens de consumo e serviços e suas inter-relações que se estabelecem.

Dessa forma, foi pertinente o propósito do curso em desenvolver as habilidades de liderança, gestão e empreendedorismo com um olhar ampliado para as multirelações que atualmente os jovens estabelecem nos diferentes contextos.

Segundo afirmação da coordenadora do programa na região de Chapecó, S5, o curso buscou uma inserção do jovem no meio social e produtivo de uma forma integrada. “É possibilitado aos jovens novos horizontes, sejam de renda, lazer, saúde, cultura entre outros, sem separar o meio social do produtivo”. Ainda de acordo com S5, essa inserção busca ampliar a identidade da agricultura familiar uma vez que as relações que se estabelecem são integradas.

Para participar do curso, os jovens necessitam estar com completos 18 a 29 anos. O curso possibilita participar de uma dinâmica de formação numa combinação de aspectos teóricos com práticas de experimentação e trocas de experiências. É uma metodologia em que os jovens assumem responsabilidades em diferentes situações, elaborando projetos denominado de “Projeto de Vida¹⁹”, que leve em conta aspectos sociais, ambientais e econômicos (EPAGRI, 2016).

De acordo com Poletto (2016), para a realização do curso são utilizados os centros de treinamentos da Epagri, nos quais são ministradas as aulas. O curso intercala os momentos teóricos e de práticas de experimentação, possibilitando trocas de experiências entre os participantes do curso e da experiência vivenciada em propriedades modelos, intercalando visitas em propriedades que desenvolvem diferentes tipos de atividades. Esse modelo se caracteriza como a metodologia de alternância.

Gimonet (1999) destaca que a metodologia da alternância utiliza mecanismos durante o período de formação que alterna entre o meio sócio/profissional e os centros de ensino. É uma metodologia que permite a interação educativa entre o meio e a escola.

Para o autor, nessa formação integral, estão envolvidas todas as relações do indivíduo, ou seja, a organização escolar, a formação dos profissionais que nela atuam, a configuração social, as representações vigentes no meio, o projeto de vida de cada um e as condições socioeconômicas da família e da comunidade.

Nessa perspectiva educativa, o jovem deve ser o protagonista de sua própria formação, podendo analisar quais conteúdos são relevantes para seu desenvolvimento pessoal e social.

¹⁹A partir das demandas que são apresentadas pelos jovens em suas propriedades, é estruturado um projeto, chamado de projeto de vida, que permite ao jovem idealizar uma determinada atividade produtiva que queira desenvolver em sua propriedade ou até mesmo fazer melhorias em atividades que já existem. Esse projeto após apresentado na finalização do curso, passa por uma avaliação que se aprovado, receberá um valor de até dez mil reais do programa SC Rural, com dois mil reais de contrapartida do jovem, para subsidiar os custos da implementação/implantação do projeto.

Gimonet (1999) destaca ainda que nessa metodologia há uma atenção personalizada, com tutoria, a qual possibilita o diálogo para revisão do caderno da realidade e as visitas às famílias e às comunidades. Esse processo permite a apropriação de conhecimento na produção de saberes por meio da pessoa, ou seja, é mais do que um simples consumo de informações pela mesma.

De acordo com a coordenadora S5, esse método da pedagogia da alternância, é utilizado no curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo, ministrado pela Epagri, a partir de um cronograma desenvolvido em módulos, conforme o Quadro 4 a seguir. É importante destacar que esses módulos são ministrados de forma articulada com as demandas que vão surgindo nas propriedades de cada jovem.

Os conteúdos trabalhados nos módulos são organizados em três núcleos temáticos:

Quadro 4: Núcleos temáticos e conteúdos ministrados no curso de liderança, gestão e empreendedorismo com jovens

NÚCLEOS	CONTEÚDOS
Núcleo de desenvolvimento humano	Desenvolvimento pessoal, interpessoal e familiar
	Fortalecimento da identidade da agricultura familiar
	Gênero e geração
	Políticas públicas
	Identificação do território
Núcleo de desenvolvimento econômico e tecnológico	Noção básica de desenvolvimento local e territorial sustentável
	Levantamento junto aos jovens das potencialidades econômicas locais
	Organização produtiva e econômica
	Gestão de empreendimentos
	Avaliação
	Diferentes sistemas de cultivo
	Noção de mercado
	Noção básica de desenvolvimento local e territorial sustentável
	Noção de capital ambiental e diagnóstico do potencial ambiental das comunidades

Núcleo de desenvolvimento ambiental	Educação ambiental rural
	Gestão da água
	Gestão de resíduos, lixo e dejetos humanos e animais (saneamento ambiental)
	Propriedade legal (noções e planejamento)
	Noção de legislação de empreendimentos (laudo ambientais)
	APPs, mata ciliar e reserva legal
	Biodiversidade e modelos de SAFs
	Embelezamento das propriedades
	Noção de pagamentos por serviços ambientais
	Uso alternativo de energias e bioconstruções
	Reciclagem de materiais
	Conservação de solo e água
	Plantas bioativas
	Gestão ambientais
	Gestão ambiental rural
Educação ambiental	

Fonte: GERBER, 2016.

Ainda segundo a coordenadora S5, a partir das demandas – gado de leite; hortifrúti; pastagens; reflorestamento, etc. - é construído um projeto, o qual é estruturado por meio de discussões teóricas e de outras vivências práticas, a fim de que se construa um método para melhor desenvolver o projeto e possibilitar a implementação de uma técnica, um manejo ou até mesmo o desenvolvimento ou melhoria de alguma atividade produtiva já existente na propriedade.

Para Poletto (2016), a viabilidade da execução dos projetos só é possível devido os recursos financeiros do Programa SC Rural disponibilizado. Ainda segundo o autor, o questionamento a respeito de como investir no jovem rural, precisa ser feito constantemente para que esse jovem tenha atenção às suas necessidades e permaneça motivado a continuar no meio rural se desejar.

De acordo com Gerber (2016), a partir das experiências e vivências que foram sendo discutidas ao longo do andamento do programa²⁰, foi realizado em 2015 no Centro de Treinamentos da Epagri de Videira, um seminário com relatos dos extensionistas/equipe. Na

²⁰Durante o período de 2012 a 2016. Neste espaço de tempo foram realizados 52 cursos em 27 regiões do Estado, que se concentraram em 13 centros de treinamento da Epagri, atendendo 1340 jovens. (GERBER, 2016).

oportunidade foram realizados trabalhos em grupos que discutiram a respeito do que era necessário ser melhorado/implementado nas atividades com os jovens rurais para continuidade do programa.

Como destaca Steinwandter (2016), essa discussão possibilitou elencar ideias e propostas à compor uma política pública de Estado, porque segundo a autora, a Epagri compreende que as ações desenvolvidas pelo Programa SC Rural são de extrema importância no processo de inclusão social dos jovens rurais. Contudo, precisa de maior apoio de políticas públicas e programas que auxiliem estas ações, uma vez que o programa tem períodos de vigência de acordo com o apoio financeiro destinado para cada projeto específico.

De acordo com as coordenadoras, as políticas públicas para juventude rural, precisam ser um conjunto de atividades, de ações de propostas, sendo o jovem rural o protagonista dessas ações/propostas:

A Epagri entende o jovem como público prioritário, não visto apenas como filho de agricultor, mas sim como um indivíduo complexo. Visto pelo viés de agricultor, ele é desde cedo parte fundamental na unidade produtora, pois vem trabalhando nesse meio desde muito cedo. Eles têm geralmente entre 10 e 15 anos de atividade, pois começam ajudar nas pequenas tarefas desde cedo e acumulam uma vasta experiência de suas atividades. Mas não podemos prepará-los apenas para serem os sucessores na atividade da família. Quando é feito o convite do jovem para o curso de liderança, gestão e empreendedorismo, esse convite é feito a partir dos escritórios de cada município. Quando o técnico identifica que há interesse do jovem, então é feito o convite e apresentado a ele e a família o curso, o propósito do mesmo. Ai, dentro da demanda de cada jovem, vai sendo trabalhado além da demanda da atividade da qual ele pretende, é apresentado a eles tudo o que envolve o bom andamento de uma atividade que passa pelo desenvolvimento humano, social e ambiental. Nossa preocupação é do todo. Quando é trabalhado o projeto de vida dentro do curso, é isso, uma valorização da questão cultural, as questões que vem da família, sendo passado de geração para geração. Outro aspecto que se busca na orientação do curso, é poder abrir para novas possibilidades de inserção na sociedade. Uma dessas questões, é trabalhada a partir do processo de inclusão digital, a qual também auxilia no processo de inclusão, seja das questões globais e da sua própria realidade. Essas vivências são propiciadas inclusive por meio das trocas que acontecem em redes sociais que muitos nunca tiveram contato. Conseguem ter contato com diferentes pessoas e trocar ideias a respeito de muitos assuntos (S5).

A partir desse olhar sistêmico, S5 evidencia que o curso preconiza a valorização da cultura local na perspectiva do desenvolvimento rural. De acordo com a coordenadora, é proporcionando ao jovem uma perspectiva de ampliação de horizontes para muitos segmentos dentro do rural, que valoriza sua cultura e tradições, bem como poder integrar novas possibilidades.

Segundo S5, o curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo, se caracterizou como uma ferramenta que auxilia no processo de desenvolvimento rural, ou seja,

amplia as possibilidades de inserção do jovem no meio social/profissional e produtivo com mais rentabilidade e qualidade de vida.

Conforme salienta S6, o desenvolvimento rural acontece quando o resultado de atividades, que são desenvolvidas para o fortalecimento dos processos produtivos no meio rural, proporcionam aos envolvidos, mudanças sociais, econômicas e ambientais significativas. Ainda segundo as coordenadoras, o meio rural não se reduz ao agrícola e precisa ser visto de forma ampliada:

A Epagri é um ator nesse processo do desenvolvimento rural, que junto com outras Instituições, como as Universidades, os Sindicatos, as Cooperativas, trabalham com ações junto as famílias dando assistência às suas atividades. A Epagri busca trabalhar com a família, indo para além do trabalho focado apenas para a atividade agrícola. Também se preocupa com o desenvolvimento humano, promovendo além do trabalho técnico, a parte social (tecnológica, humana, gerencial, ambiental) (S6).

Para S5, o trabalho que é desenvolvido com o curso de formação, permite ao jovem um olhar dinâmico sobre o processo pessoal, social e produtivo, ou seja, eles percebem que as oportunidades de uma melhor condição de vida no meio rural é possível. Permite ainda que eles possam fazer escolhas fundamentados em experiências concretas das interações que foram sendo construídas a partir da inserção no curso.

4. O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO JOVEM RURAL EM SANTA CATARINA COMO AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Neste capítulo apresentam-se os dados e informações colhidos no campo, interpretados e problematizados a luz de reflexões teóricas ao longo do trabalho. Discute a respeito das questões relacionadas a proposta deste estudo, visando as ações que são desenvolvidas por meio do SC Rural com jovens, na perspectiva do desenvolvimento rural. Busca compreender o papel do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo por meio de suas possibilidades e limites para a inserção social do jovem no processo de desenvolvimento rural e a perspectiva dos jovens na permanência no meio rural.

4.1. Valorização do jovem rural

Visando um modelo de agricultura sustentável, por meio de ações integradas que visavam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, como foi discutido no capítulo anterior, o estado vem investindo em políticas voltadas para o desenvolvimento rural, a exemplo do Programa Microbacias 1 e 2 e o SC Rural.

A partir de 2002, com o Programa Microbacias 2, o Estado passou a ter o jovem como um dos focos de atuação. Mais recentemente, em 2010, por meio da renovação da parceria do governo do Estado com o Banco Mundial, os jovens ganharam grande visibilidade a partir do Programa do SC Rural (SC RURAL, 2016).

De acordo com as informações do SC Rural (2016), no que diz respeito ao Programa SC, o Estado busca a partir da qualificação do jovem, proporcionar a abertura para novos conhecimentos, que possibilite a eles uma perspectiva para além das atividades agrícolas se esses desejarem. Essa forma de preparar, se dá a partir da aproximação das políticas públicas com o contexto dos jovens, permitindo olhas para suas demandas específicas.

Nessa direção é importante destacar que o programa SC Rural, de acordo com as coordenadoras da Epagri, possibilita aos jovens permanecer no meio rural por meio de uma perspectiva de transformação da realidade daquele espaço em suas diferentes dimensões (sociais, econômicas e ambientais).

Ainda segundo as coordenadoras, nos moldes que atualmente vem sendo desenvolvido, não se busca fixar o jovem no meio rural, mas sim possibilita criar um conjunto de ações, das

quais aquele espaço passe a ser visto pelos jovens como um ambiente de valorização e de muitas oportunidades.

A manifestação do Conjuve (2006) sobre a questão da valorização do jovem no meio rural é fundamental, pois contestam o olhar restrito da nova política de Ater. Nas diretrizes da Ater, o texto restringe de forma significativa os jovens rurais ao processo de sucessão das atividades agrícolas ao afirmar que a Política Nacional de Ater, busca “viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão” (BRASIL, 2004, p. 8).

Segundo Pires (2005), as ações que são desenvolvidas com jovens rurais, sejam a partir de políticas públicas ou de ações não governamentais, devem possibilitar ao jovem uma capacitação que não o engesse, trabalhando, por exemplo, as atividades agrícolas e não agrícolas de forma articulada.

Quando essas ações são desenvolvidas de forma articulada, o conjunto de opções a disposição do jovem (PIRES, 2005), vão permitir que o mesmo tenha outras perspectivas que não apenas a permanência obrigatória no trabalho rural. Como destaca Cordeiro (2009), os jovens são considerados atores estratégicos no processo de desenvolvimento de um país, possuindo grande potencial transformador para realizar mudanças na sociedade, pois se trata de um desenvolvimento que representa não apenas a viabilidade econômica das populações rurais, mas de toda uma sociedade envolvida.

De acordo com Barcellos (2014), tanto o governo quanto os atores representativos da juventude rural, estão articulados e trabalhando nas políticas que visem a juventude em sua integralidade a partir de seus territórios. De acordo com o autor, as conferências e os seminários que vem acontecendo, são exemplos e estão se configurando em espaços importantes de participação da juventude para discussão e formulações de proposições para a categoria.

Contudo, segundo Araujo (2007), as políticas públicas destinadas à juventude rural ainda podem ser consideradas insuficientes para a produção de mudanças significativas na realidade dos jovens, principalmente em relação ao acesso as necessidades básicas como, saúde, lazer e uma educação de qualidade.

Na perspectiva da educação, por exemplo, Abramovay et, al. (2004), afirmam que o modelo de educação que se configurou nas escolas rurais, limitam as perspectivas dos jovens. De acordo com autores, é um modelo com uma abordagem que prepara para o trabalho no meio urbano. Desta forma, aumentam as possibilidades de desvinculação dos jovens com o

meio rural, ocasionando a migração para áreas urbanas de forma definitiva.

Os autores salientam que pensar uma educação de forma universal, que não tire as perspectivas de permanência no campo e que possibilite um ensino de qualidade para os que pretendam desenvolver atividades agrícolas ou não agrícolas, requer um conjunto de ações das políticas públicas, que olhem para além unicamente do incentivo a produção e a inserção social. São necessárias políticas que atendam o contexto no território no qual os jovens estejam inseridos.

Outro exemplo da fragilidade das políticas públicas em olhar o jovem a partir de cada território, foram as políticas que o MDA havia proposto antes da sua extinção, (DUARTE e CASTRO, 2004), as quais visavam garantir diretrizes e estratégias, recursos plurianuais, orientação e capacitação de recursos humanos voltados para a agricultura, principalmente no contexto da agricultura familiar.

Contudo, de acordo com Barcellos (2014), não houve prioridades nessas políticas. Segundo o autor, as políticas foram direcionadas para o setor do agronegócio, não havendo atenção necessária para as políticas voltadas à agricultura familiar. Como salienta Barcellos (2014), a juventude, em sua maioria, não se encontra no segmento do agronegócio. Destaca que quando os jovens estão lá, é para servir de mão de obra na prestação de serviços para o setor.

Nas entrevistas com os jovens, um dos pontos abordados sobre as políticas públicas, questionava sobre o que o jovem compreendia sobre e de como era o acesso deles às mesmas. Alguns afirmaram que ouviram falar sobre o assunto somente quando fizeram o curso de formação por meio do SC Rural, contudo, desconhecem com propriedade.

Eu nunca tinha ouvido falar antes. O que conheço é o que aprendi no curso, falando que são projetos do governo que venha a beneficiar as pessoas e alguns que nós jovens podemos acessar (S1).

Eu antes do curso nunca tinha ouvido falar. Mas depois durante o andamento do curso fomos estudando que são os direitos garantidos para que possamos de alguma forma acessar os diferentes programas de governo. São de certa forma as garantias que temos em quanto cidadão (S2).

Acho que seria a forma de que o governo teria para auxiliar as pessoas ter acesso aos direitos que temos. Porque às vezes não sabemos o que podemos ter de direito e as políticas públicas, segundo o que estudamos no curso, seria para garantir esse acesso (S3).

Acho que são ações dos governos, como vimos no curso, que possibilitam acesso a alguns recursos, seja na questão financeira ou nos acesso a alguns serviços (S4).

As falas dos jovens demonstram a realidade que foi apresentada ao longo do texto, de

uma juventude que de forma quase que invisível, não conhece e/ou não tem acesso aos próprios direitos. Como foi possível observar, o primeiro contato mais específico sobre as políticas públicas e sobre tudo para jovens rurais, dos entrevistados, foi a partir do curso de formação.

No Brasil, segundo Barcellos (2014), recentemente a juventude rural passa a ser referenciada como um agente de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais no âmbito do governo federal, aspectos que faz vir à tona a problematização da imagem do rural.

Segundo Stropasolas (2014), a imagem do rural constituiu-se ao longo do tempo, principalmente pela influência das elites dominantes. Segundo o autor, essa imagem acabou sendo internalizada pelos próprios grupos sociais rurais, uma ideia de atraso no rural, visto principalmente como um lugar de não desenvolvimento e sem acesso às infraestruturas e serviços básicos.

Com o passar do tempo, a percepção foi sendo reivindicada pela juventude na perspectiva desses jovens como agentes de atuação política como destacam Barcellos e Mansan (2014). Essa desmistificação da concepção de atraso, ao longo do tempo, foi sendo superada em partes, pois ainda carrega uma discussão que é pertinente, pois está diretamente relacionada, por exemplo, ao acesso dos jovens urbanos aos meios de serviços e infraestrutura que não se estendem ao meio rural (STROPASOLAS, 2014).

Na percepção dos jovens entrevistados, há necessidade de valorização deles no meio rural. De acordo com os mesmos, o curso de formação foi de grande valia, proporcionando que eles pudessem ser vistos. Para eles, a contribuição do SC Rural em relação aos valores e significados de rural, campo e juventude abordados no curso, por meio das atividades técnicas e pedagógicas e das discussões a respeito de política pública, foram importantes para perceber a valorização do jovem rural, possibilitando o conhecimento de novas formas de atuação, no meio e fora dele.

O curso é muito bom para valorizar o rural. A forma como eles trabalham os conteúdos e depois a parte técnica que é ir na casa de outros produtores que já trabalham com aquilo que vimos na sala é muito importante, porque vai integrando os conteúdos na prática. Detalhes que às vezes fica um pouco difícil de imaginar só quando é falado, fica muito fácil depois na prática (S1).

Foi muito bom, porque possibilitou conhecermos várias possibilidades de acesso a recursos para investir aqui na propriedade e que antes nem imaginávamos que existia. Isso é muito bom, porque acaba dando mais vontade de ficar aqui no campo, e quando podemos investir, melhorar os processos como foi aqui em casa, isso dá muito mais ânimo para continuarmos sendo valorizados no nosso trabalho. Mas

poderia ser muito mais incentivado e apoiado o agricultor, principalmente nós jovens, porque se nós não pudermos ficar na terra por falta de recurso ou até de mão de obra, o campo vai parar. Isso é muito ruim (S2).

Foi muito importante. Para mim além de poder aprimorar a atividade que já vínhamos trabalhando, também abriu novas possibilidades de negócios. Nas questões de desenvolvimento pessoal ajudou muito poder discutir novas técnicas e novas atividades. Sempre era difícil a comunicação, porque já vinha de muitos anos os trabalhos sendo desenvolvidos do jeito dele, do meu avó e introduzir novas formas não era fácil. Mas depois do curso, tudo foi se tornando mais fácil. Criamos um grupo dos que participavam do curso e hoje trocamos muitas ideias por e-mails e por mensagens. Nos congressos também trocamos contatos com outros jovens que trabalham com as mesmas atividades mas com outras realidades que sempre é bom ir conhecendo (S3).

Foi muito bom. Ajudou em todos os aspectos, principalmente nessa parte do leite, pois foi possível colocar em prática tudo o que foi visto em sala de aula. Nossa produção mudou quase que do dia para noite. Fomos vendo que quanto mais se aplicava as técnicas aprendidas mais estávamos tendo ganhos. Por meio do curso conseguimos também comprar equipamentos de informática que agilizou muitas coisas aqui. Também conseguimos acessar muitos conteúdos online que falam sobre processos que aplicamos aqui na propriedade (S4).

Ainda na perspectiva de valorização do meio rural e do jovem, de acordo com a coordenadora do curso de formação em Chapecó, um dos princípios do curso é trabalhar também a questão do comportamento nas inter-relações, abordando aspectos relacionados às dinâmicas das famílias e da comunidade.

Quando os jovens vão para vivência de campo é trabalhado a parte técnica, porém a parte técnica é integrada a parte de gestão, tanto na questão ambiental quanto de desenvolvimento humano. Se percebeu que depois de ter trabalhado com os jovens, a parte humana, muitos conseguiram começar a se integrar as discussões familiares a respeito da propriedade e até mesmo da comunidade, participando de espaços que antes não eram visualizados por eles como importantes, seja na liderança de comunidades, sindicatos, grupo de jovens (S5).

O relato de um dos jovens (S4), demonstra a mudança afirmada por S5, ao enfatizar que a relação de comunicação em casa ficou muito melhor depois do curso. Isso demonstra a importância que tem olhar para o jovem e seu contexto em sua totalidade, e não apenas pelo viés fragmentado de um processo de produção econômico.

Nossas relações principalmente na família mudou muito. Tínhamos muitos problemas no processo de gestão e de implementar qualquer tipo de negócio ou até uma técnica nova. Antes trabalhávamos nas terras de nossa família e por meio do curso fui percebendo que precisávamos ter nosso próprio lugar, nossa própria terra. Foi muito bom pois podemos continuar nos relacionando cada um com um entendimento do que é bom para todos e assim não ouve mais discussões ou

desentendimentos. Até conseguirmos nossa própria terra, nossas ideias e a da nossa família eram todas discutidas e avaliadas para então se tomar uma decisão. Assim todos estavam cientes que eram boas escolhas, tanto para melhorar o trabalho quanto para se ter mais qualidade e lucros (S4).

De acordo com as coordenadoras da Epagri, o SC Rural busca sustentar uma política que vise o desenvolvimento rural em sua totalidade, ou seja, fomentando o desenvolvimento que parte da propriedade rural de cada família, para sua comunidade e assim sucessivamente. Contudo, para que isso aconteça de forma efetiva, é necessário pensar políticas de acordo com a realidade de cada território. Isso não significa olhar o jovem apenas como um sucessor no processo produtivo e sim como um empreendedor rural que detêm inúmeras formas de transformar e se transformar a partir do contexto em que escolher viver.

Visando essa atuação em territórios, é possível perceber que a atuação do Estado catarinense junto ao trabalho que é desenvolvido pela Epagri no meio rural, por exemplo, vem consolidando ações importantes, como por exemplo o SC Rural a partir do curso de formação. De acordo com Souza (2012), a implantação e implementação de um projeto quando é desenvolvido pela Epagri, sempre se dá a partir da realidade de cada região, sendo analisada a viabilidade em relação ao que é demandado pelos agricultores e os extensionistas. De acordo com as demandas que vão sendo apresentadas, as mesmas tornam-se em uma proposta de projeto que buscará atender aquela região, ou seja, os espaços que se integram ao rural em suas especificidades territoriais.

Além do Programa SC Rural, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, vem desenvolvendo outros programas visando o processo de desenvolvimento. Busca nestes programas, integrar os jovens como atores de construção. No Quadro 5, são apresentados os programas que estão sendo trabalhados no meio rural a partir das demandas que surgem de cada região. A abrangência de cada programa, se dá frente a necessidade de cada território como destacado por Souza (2012),

Quadro 5: Programas executados pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina

PROGRAMAS	FINALIDADE
Programa SC Rural	Apoiam atividades de melhoria de produção de matéria prima, classificação, beneficiamento e transformação de produtos vegetais e animais, e ainda atividades não agrícolas como turismo e artesanato. o programa atua ainda nas atividades de: Assistência técnica e extensão rural; pesquisa e estudos; capacitação de técnicos e beneficiários nas áreas técnica e gerencial; gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas; cursos em Gestão,

	Liderança e Empreendedorismo para jovens do campo e do mar e de protetores ambientais na política de pagamento por serviços ambientais e de proteção ambiental; apoio a projetos em atividades não agrícolas como turismo e artesanato; estruturação de roteiros turísticos; apoio à organização de agricultores para atividades de certificação fitossanitária, inspeção e certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose; monitoramento da qualidade de produtos de empreendimentos e da produção orgânica; implantação de projetos-piloto de oferta de internet e telefonia a comunidades rurais, com capacitações em inclusão digital; melhoria de estradas rurais em complementação aos projetos apoiados, entre outras.
Telefonia Fixa e Internet no Meio Rural	Permite o acesso ao serviço de telefonia fixa e ao espaço virtual. O Programa disponibiliza recursos aos municípios, que são responsáveis pelo Estudo de Viabilidade Técnica e por elaborar o Projeto Técnico.
Fundo Estadual de Sanidade Animal (Lundes)	Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa) para indenização de produtores pelo abate sanitário de animais acometidos por febre aftosa e outras doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Estado.
Programa de Regularização e Sinalização das Áreas Aquícolas	O objetivo é regularizar mais de 800 áreas aquícolas entre os municípios de Palhoça a São Francisco do Sul, que foram licitadas pelo Governo Federal por meio do Ministério da Aquicultura e Pesca.
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	Objetiva financiar a aquisição de terras para trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, arrendatários, meeiros e filhos de agricultores.
Programa de Regularização Fundiária	O Programa de Regularização Fundiária, ação do Programa SC Rural, se dá por meio do fornecimento do levantamento topográfico georreferenciado, conforme a legislação ambiental, para que o agricultor possa instruir Ação de Usucapião ou alteração cartorial como remembramento, desmembramento e registros de formais de partilhas já sentenciados. Os beneficiários recebem ainda a planta georreferenciada do imóvel, inclusive áreas de reserva legal, Memorial Descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)	O possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, minifundiários e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. São também financiados os investimentos em infraestrutura básica para a estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários.
Projeto Contrapartida de Projetos Estruturantes Apoiados pelo SC Rural	Tem como objetivo apoiar os beneficiários do Programa SC Rural com financiamento da contrapartida devida aos projetos estruturantes.
Programa Irrigar	Incentiva os agricultores a investirem na irrigação como forma de ampliar a quantidade e a qualidade das pastagens produzidas.

Programa Terra-Boa	Subvencionar a aquisição de calcário e sementes de milho, a fim de aumentar a produção, reduzindo a dependência de importação. O programa também disponibiliza um kit forrageira, com produtos e insumos para a implementação de um hectare de pastagem. Outra possibilidade é o kit apicultura, voltado à aquisição de equipamentos e abelhas rainhas.
Programa Beija-flor	O Programa Beija-Flor atua fortemente em comunidades rurais e pesqueiras de Santa Catarina com a instalação de telecentros. Há o fomento de atividades pedagógicas, cujo objetivo é permitir o exercício da cidadania. Os telecentros ou unidades de inclusão digital são núcleos equipados com computadores e acesso à internet e são instalados em locais de acesso público, como escolas, colônia de pescadores, bibliotecas públicas, prefeituras municipais, associações da sociedade civil, dentre outros. São espaços de integração comunitária, aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização social. Funcionam como salas de aula de informática com monitores capacitados e também proporcionam acesso livre à internet.
Programa de Fomento à Produção Agropecuária	Tem como objetivo conceder financiamentos voltados para melhoria do processo produtivo, agregação de valor, desenvolvimento da pesca e aquicultura e saneamento rural.

Fonte: (<http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/acoes>)

A partir das ações que foram apresentadas no quadro 5, nota-se uma maior atuação no que diz respeito aos programas destinados ao aumento e/ou qualidade nos processos de produção, mesmo os que tem por finalidade a aquisição de terras.

De acordo com as entrevistas com os jovens, foi possível perceber que atualmente, alguns recursos dos programas relacionados no Quadro 5, não são tão acessíveis, principalmente no que diz respeito as formas de tecnologias em comunicação e de serviços.

Nas entrevistas os jovens apontaram o acesso a esses recursos, tão limitados quanto o acesso à saúde, lazer e educação. De acordo com eles, a falta de acesso a esses recursos, é um entrave para inclusão. Referiram, por exemplo, que para poder ter acesso a uma formação após o ensino médio, as dificuldades são inúmeras, principalmente por não terem condição financeira que possibilite acessar, por exemplo, o ensino superior. Essas limitações estão relacionadas a não existência de transporte público no interior; a falta de recursos para pagar um transporte bem como pagar a própria mensalidade de um curso (técnico, de aperfeiçoamento ou de graduação); a precariedade das estradas, o que dificulta a circulação de veículos pequenos; e a falta de mão de obra na família.

Eu comecei fazer faculdade há uns três anos atrás em uma faculdade particular e tive que trancar por que não tinha mais como pagar. Além da mensalidade ser um custo altíssimo, tinha todas as outras despesas que somavam a esses valores, como materiais, transporte, e alimentação (S1).

Eu pensava em fazer uma faculdade logo depois que eu acabasse o segundo grau, mas queria que fossem voltadas as atividades aqui na roça pensei em uma agronomia, pois era um dos únicos cursos na nossa região. Quando abri na Udesc o curso de veterinária, logo pensei que seria uma possibilidade a mais, mas no fim acabei indo fazer um curso técnico em uma área totalmente diferente do que eu imaginava, porque agronomia a noite só tem nas particulares e veterinária só em horário que eu estou trabalhando. Hoje somos só eu o pai e a mãe, então não tem como estudar de dia (S2).

Não tem como ir estudar daqui de casa. Para começar não tem transporte que faça essa linha. O segundo fator é que eu não tenho como custear os gastos de uma faculdade particular. Ai falam tanto que veio a Universidade Pública. De que adianta se os cursos são em período integral. Quem é que vai trabalhar em casa? Não temos gente suficiente para que eu possa me dar essa chance. Fica inviável (S4).

Outros fatores também foram apontados pelos jovens como dificuldades, como o acesso ao crédito, estradas e assistência técnica, serão apresentadas na sequência. É importante salientar que o não acesso a essas necessidades, torna os jovens reféns das próprias políticas públicas mal estruturadas.

4.2. Aproximação dos jovens em espaços de discussão e formulação de Políticas Públicas

Segundo Menezes; Stropasolas e Barcellos (2014), as formas de acesso aos jovens rurais, poderiam ser pensadas principalmente pela participação dos mesmos nas discussões das políticas públicas nos espaços como: seminários, simpósios, conferências, reuniões na comunidade e em centros de treinamentos do poder público e/ou privado.

As políticas públicas específicas para a juventude rural, como Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem, também apresentam limites de acordo com os autores. Não estão atendendo às demandas e ao anseio da juventude rural. Assim, um dos desafios para o governo é pensar quais políticas públicas são demandadas pela juventude rural e para isso é necessário incluir os jovens nas discussões. Hoje as políticas públicas são pensadas para a terra e crédito para a produção, mas não se pensa a infraestrutura no meio rural de uma forma macro.

Para que essa participação seja viabilizada, Menezes; Stropasolas e Barcellos (2014) sugerem que sejam feitos alguns questionamentos, os quais serão fundamentais na compreensão de como acontece, ou como deveria ser mediado esse envolvimento da juventude para que as políticas e programas destinados aos jovens possam ser efetivas. Assim, segundo os autores, o processo de reestruturação dos programas e políticas públicas deveria

ser pensado a partir de algumas questões.

[...] eles todos necessitariam uma política pública destinada à juventude rural? Como ficaria a unificação de grupos sociais diferenciados, que inclui agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outras categorias? Como se trabalha com essa diversidade? Não teria um risco em unificar o que, talvez, não seja unificável? Essa é a proposta que está no Estatuto da Juventude, que está em votação no Congresso, está no Senado agora, na CCJ. Como enfrentar o desafio de pensar política para e com a juventude? Para a juventude rural é um desafio se empoderar, fazer parte desse processo. Qual a infraestrutura apropriada para a juventude rural no meio rural hoje? Precisa de estrada? Precisa. Porque muitos jovens rurais relatam as dificuldades das estradas que precisam enfrentar para comercializar a produção. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p.54).

Pensando por esse viés, haveria uma garantia, ou, pelo menos, se daria uma oportunidade, de que, os próprios jovens sejam os principais atores envolvidos no processo de construção de políticas públicas. Segundo o Conjuve (2006), é necessário salientar que nesse processo, os jovens não devem ser convocados apenas para homologar decisões já tomadas pelos governantes, ou seja, é preciso que se promova o direito a participação principalmente nas decisões.

De acordo com as coordenadoras da Epagri, o curso de capacitação é uma excelente ferramenta de participação dos jovens no processo de elaboração de políticas públicas. Segundo as mesmas, esse processo começa antes mesmo da capacitação. Por meio do contato da Epagri com as famílias dos agricultores, é possível identificar quais são as demandas dos jovens que pertencem a uma determinada regional de atuação da Epagri e a partir dos escritórios de cada um dos municípios que compõem as diferentes regionais, é articulada a participação desses jovens. Para elas, mais importante do que oferecer a capacitação, é entender quais são as necessidades desses jovens, pois as demandas são construídas coletivamente.

Esse trabalho segundo as coordenadoras possibilitou outras ações a partir do curso de formação a fim de fortalecer a participação dos jovens na construção de propostas para políticas públicas. Por meio da articulação dos extensionistas de cada regional, foram organizadas conferências e seminários que objetivaram debater sobre as questões relacionadas aos jovens do meio rural. Assim, os jovens foram impulsionados a participar dos debates que se originaram a partir das conferências e seminários.

Os jovens entrevistados por sua vez, que conseguiram participar das conferências e seminários, afirmaram que o convite e a participação foi um momento muito importante, uma vez que foi um espaço novo e que permitiu inúmeros conhecimentos sobre os processos de

elaborações e implementações de políticas, além da troca de experiências com jovens de outras regiões, porém um deles salientou a dificuldade no acesso a informações e divulgações de cursos e programas para os jovens.

Fiquei sabendo por meio dos técnicos que vinham nos visitar. Meu pai sempre participou dos cursos promovidos pela Epagri. Um dia vieram aqui e falaram para nós. Me interessei e fui. Mas acho precário a forma que as informações de cursos e de recursos chegam a nós, pois muito pouco é levado em consideração, não ter os mesmos acessos que os que estão na cidade. Hoje até tem programas e projetos, mas é muito pouco divulgado. Os órgãos que deveriam fazer isso, parece estarem mais interessados em papéis do que ir para campo e trabalhar com os jovens, entender com eles o que é que estão precisando. Acredito que se não houver mais importância e empenho dos governos e de todos que estão a sua volta, logo a agricultura não será mais viável para o jovem (S2).

Por meio dos técnicos que visitavam meus pais me fizeram o convite. No início não quis porque achei que fosse coisa só homens, mas aos poucos fui percebendo que não tinha nada a ver, que indiferente de ser mulher ou homem era uma grande oportunidade (S3).

Fiquei sabendo do curso por meio dos técnicos que faziam as visitas na propriedade dos pais do meu esposo. No início não tive vontade, mas tive incentivo em casa para fazer e não me arrependi (S4).

É possível observar que a disseminação ou não, de uma informação, no caso do convite para o curso, por exemplo, fez com que fosse oportunizado aos jovens a presença em importantes espaços de discussão acerca de suas realidades. Quando a informação chega ao jovem, se dá início a um processo de inserção do mesmo em espaços importantes para a categoria.

A fragilidade dos programas e das políticas públicas voltadas aos jovens rurais, pode ser observada também na própria Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Ao longo de seus 48 Artigos que diz respeito dos direitos e das políticas públicas de juventude, especificamente o jovem rural é citado apenas duas vezes (inciso VI do Art. 15 e inciso IV do Art. 36) (BRASIL, 2013).

Recentemente a Contag (2015, p.3), mediou uma carta proposta da juventude trabalhadora rural, que se organizou com o objetivo de propor políticas públicas voltadas à juventude rural. A proposta da carta é “que desencadeie processos de diálogo e negociação com o governo federal geradores de direitos e oportunidades, para que os(as) jovens

trabalhadores(as) rurais construam seu projeto de vida no campo”.

É importante salientar, que a proposta elaborada pela Contag, não é uma reivindicação que se restringe a questões de viabilização econômica das atividades. Além de um pedaço de terra, oportunidade de trabalho, acesso a educação, saúde e lazer, esses jovens buscam um Estado democrático de direitos.

Essa proposta da Contag é sem dúvidas uma ferramenta de grande valia para viabilizar os investimentos das políticas públicas para os jovens rurais. As experiências vivenciadas pelos jovens entrevistados que participaram do curso de capacitação oferecido pela Epagri, refletiu com significativa importância nessa concepção de projeto de vida, mas permitiu também perceber o quanto é necessário avançar no que diz respeito as políticas de acesso.

Conforme destaca a Contag (2015, p.6), a juventude trabalhadora rural não se limita a questões pontuais e específicas, “[...] ela está integrada à defesa do projeto de sociedade soberana, democrática, igualitária e com desenvolvimento rural sustentável e solidário. Traduz-se num campo com gente, em sua diversidade e em seu compromisso com a soberania e segurança alimentar”.

Essa preocupação observada pela Contag (2015) reflete outro questionamento acerca dessa população de jovens do meio rural apontada, que diz respeito de como as políticas públicas precisam articular para atender efetivamente as reais necessidades dos jovens.

Muitos desafios se colocam, dentre eles a democratização da terra, o uso sustentável dos bens da natureza, a consolidação da agroecologia como matriz produtiva, a garantia de direitos sociais e trabalhistas, a promoção de relações igualitárias de gênero, geração, étnicas e regionais e a defesa da democracia (CONTAG, 2015, p.6).

O embasamento da Contag se deu a partir de um levantamento no censo de 2010, em que havia aproximadamente oito milhões de jovens, com idade entre 15 a 29 anos, que viviam no campo. É importante salientar, que se trata de uma diversidade de identidades, não compondo uma hegemonia de juventude rural (CONTAG, 2015).

Esses números demonstram a necessidade imediata de repensar as políticas públicas que pautam o jovem rural. É uma diversidade que está inserida nas diferentes dimensões da sociedade, sendo que, no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, a participação é marcada tanto pelo trabalho na agricultura familiar como em atividades não agrícolas (CONTAG, 2015).

Para Menezes; Stropasolas; Barcellos (2014), as questões mais complexas que vão apoiar as estratégias para trabalhar as fragilidades bem como as potencialidades das políticas

voltadas às esses jovens, se constroem a partir de questionamentos que vão desde o acesso as políticas até a participação na criação das mesmas.

Ainda segundo os autores, de forma geral, os programas e as políticas públicas não tem capilaridade na sociedade e de nada adianta ter recurso ou estrutura apenas,

[...] é preciso outra política e outras ideias que sejam mais apropriadas ao que a juventude rural está querendo dizer e fazer. A juventude precisa estar presente na formulação, gestão e execução da política pública. E estar presente não é só uma questão de dizer: “Ah! Olha só o rapaz tem 27 anos, é jovem e está na gestão”. Não adianta só a questão de idade, mas sim da concepção política e geracional (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p.64).

Ainda como destacam Menezes; Stropasolas; Barcellos (2014, p.64), “outra questão para quem está no governo é que não tem que reinventar a roda. A juventude rural tem experiência acumulada, com ações em diversos campos, desde a agroecologia e tantos outros, para sistematizar e contribuir no debate junto ao governo”.

Os autores destacam também que “no campo da cultura e educação popular por exemplo, a juventude também tem efetividade, tem uma capilaridade na sociedade e tem uma influência”. Esses aspectos precisam ser levados em consideração para que uma política pública, um programa ou as ações provenientes desses, possam contemplar a participação das diferentes juventudes, que como é possível observar podem contribuir significativamente para implementação de políticas públicas. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p.64).

Deste modo, o Conjuve (2006), considera de extrema importância a participação efetiva do Estado, com ações “[...] necessárias para que as políticas de juventude, em vez de intervenções fragmentadas e pontuais, visto que seja possível integrem dimensões como:”

a) a econômica – contemplando o trabalho, o desenvolvimento tecnológico, o emprego e os recursos que resultem em geração de renda; b) a social – contemplando o acesso à informação, ao capital social e à expressão cultural, a diversidade étnica e a diferença de capacidades, o fortalecimento da participação da mulher jovem no esporte, a juventude rural, a juventude em conflito com a lei, o meio ambiente, o exercício da cidadania e a possibilidade da auto-organização; e c) a participação da juventude nos processos de tomada de decisões, na elaboração e na gestão das políticas públicas de esporte e lazer como direitos sociais, em todos os níveis, por meio da sua atuação nos Conselhos Municipais e Estaduais de Esporte e Lazer e da participação dos jovens como Agentes Comunitários de Esporte e Lazer para serem multiplicadores nas suas comunidades e promovam, ainda, a inserção no mercado de trabalho. (CONJUVE, 2006. p.52).

Segundo o Conjuve (2006), destacam-se dentro das dimensões – econômica, social e de participação dos jovens –, as políticas estruturais, os programas governamentais e as ações, essa última articulada ou não às políticas e aos programas. Dessa forma, cabe dentro de cada uma dessas dimensões a articulação especificamente no que diz respeito ao jovem rural, distinguindo algumas particularidades entre um acesso/benefício do jovem urbano e/ou rural.

As dimensões econômica, social e de participação dos jovens, vistas como parte fundamental no processo do desenvolvimento rural, estão diretamente ligadas a questão do desenvolvimento humano. De acordo com as coordenadoras da Epagri, o curso de formação visa olhar e fazer com que os jovens possam se ver e ver os de seu entorno, como agentes de transformação. De acordo com as mesmas, é um espaço que permite entrar em discussões que antes não tiveram a oportunidade de falar sobre. Um exemplo disso são assuntos das particularidades da família e que os jovens não sabem como fazer e muitas vezes não sabem aonde ou com quem buscar apoio.

Quando um jovem relata que o pai está com depressão por ter perdido toda a lavoura por seca, ou que a saúde da mãe está fragilizada devido a sobrecarga de trabalho, ou ainda o esgotamento psíquico devido a pressão do endividamento e os poucos ganhos obtidos com as atividades acabam desestabilizando as famílias. Quando isso é possível ser discutido em um grupo, ou em uma visita que o técnico faz na propriedade, isso para nós também é promover o desenvolvimento rural, pois está olhando para os responsáveis pelo processo de crescimento e desenvolvimento econômico que, concomitante faz parte do desenvolver o rural em sua integralidade social (S6).

Com a perspectiva de inverter essa realidade, a partir do emprego de novas tecnologias e da extensão rural, a Epagri visa com o curso de formação, oferecer ferramentas aos jovens para que eles possam atuar com novas formas de geração de renda em suas propriedades, de forma sustentável, possibilitando o aumento da produtividade, a redução de custos, a diversificação e da agregação de valor à produção, mas mais do que isso, é possibilitar ao jovem uma formação humana, competente de ser representativa frente a suas necessidades e as de seus pares (EPAGRI, 2016).

4.3. Perspetivas dos jovens na permanência no meio rural

Del Grossi (1999) destaca que no período pós 1960 já havia uma tendência da

população rural no Brasil se envolver em atividades consideradas não agrícolas, que eram desenvolvidas tanto no campo como nas cidades.

O autor destaca que a partir deste novo rural, a forma de pensar e gerir as políticas públicas mudou, uma vez que o espaço rural começou a apresentar uma nova configuração, não centralizada apenas na produção agrícola, mas sim, com um local sem polarização, ou seja, constituído por agricultura, indústria, moradias, etc., tendenciado com que houvesse uma descentralização dos serviços públicos urbanos.

Nessa mesma direção, a literatura tem desconstruído a distinção entre sociedade rural e urbana, sendo que os mecanismos tradicionais utilizados pelos poderes públicos para regular o meio rural passam a ser modificados. A agricultura passa a ser vista como articuladora e com importante papel social, pois passou a demandar novas formas de gerir as políticas de desenvolvimento rural, não mais orientadas exclusivamente para a agricultura moderna (DEL GROSSI, 1999).

O autor salienta ainda que essa nova forma diz respeito ao planejamento e a definição de políticas públicas para regularizar e definir os direitos e usos da terra no meio rural, caracterizando uma forma de promover o desenvolvimento integral das áreas rurais com melhorias para a população rural residente, principalmente da juventude rural.

Ainda segundo o autor, no Brasil, o processo de modernização da agricultura conduziu a uma estrutura agrária ao que o autor chama de bifurcação ao estilo do dualismo estrutural europeu, ou seja, um processo agrícola produtivo e outro industrial no mesmo espaço rural. Porém, devido às particularidades históricas, em algumas regiões do Brasil, a pequena propriedade não pôde ser subordinada ao capital, constituindo-se num obstáculo ao desenvolvimento da agricultura.

Esse processo particular ocorreu devido ao modelo de colonização que foi baseado em pequenas propriedades. Dessa forma, foi possível moldar um ambiente social e econômico que tem permitido estratégias alternativas de reprodução aos agricultores sem despojá-los de suas propriedades e, ao mesmo tempo garantir alternativas complementares de obtenção de rendas (DEL GROSSI, 1999).

As mudanças na estrutura produtiva agrícola brasileira estão ligadas as diversas formas de exploração e reprodução das relações de trabalho urbano industrial. Schneider (1994) cita o exemplo do Centro-sul do Brasil, como um pólo mais dinâmico do setor agropecuário, representado pela avicultura e pela suinocultura, por meio de uma dinâmica de produção agrícola vinculada à indústria de beneficiamento e comercialização, conhecida por agroindústrias.

Este modelo vincula a unidade de produção familiar a atribuições diferentes, mais diversificadas, fazendo surgir o conceito de agricultor familiar, visto pela nova ruralidade como uma pessoa que vive no campo em função de diversas tarefas, que são cada vez menos agrícolas (COSTA NETO, 2007).

De acordo com o autor, mesmo com esse modelo, é importante destacar que para os jovens que vivem no meio rural esse processo não representou uma significativa mudança no que diz respeito as oportunidades de trabalho e a uma construção de autonomia.

Os padrões culturais, segundo Costa Neto (2007), confrontam-se com os novos processos de trabalho que os jovens aprendem e que buscam inovar em suas propriedades. Contudo, devido a lógica da continuidade da atividade agrícola motivada através de gerações, em muitas situações a possibilidade de sucessão fica comprometida provocando a desestabilização da agricultura familiar e como consequência principal o afastamento dos jovens.

Nas entrevistas os jovens destacaram que um dos principais entraves relacionados a continuidade no meio rural é a falta de incentivos para a viabilização nas diferentes atividades que eles desenvolvem. Afirmaram ainda, quando questionados sobre seu entendimento de políticas públicas que possam dar conta dessas demandas, a importância de programas que incentivem a continuidade no meio rural, por meio de aquisição de terras e de incentivos financeiros que possam viabilizar atividades diferenciadas, bem como aquelas que possibilitem aos jovens acessar os diferentes espaços sociais existentes na cidade, como educação, lazer, saúde, segurança.

Acho muito importante que tivessem políticas mais específicas, porque são formas que nós jovens principalmente, temos de acessar os diferentes programas que servem de incentivo para continuar nossos trabalhos, seguir nossos sonhos. Aquisição de terras, por exemplo, é algo que falta muito. Investimentos também são muito limitados, porque a maior parte deles exigem um patrimônio que nós não conseguimos ter para dar de garantias (S1).

Acho muito ruim as atuais políticas públicas voltadas para o pequeno agricultor. Para os jovens é pior ainda. Até hoje eu só consegui ter acesso a um ou dois projetos de investimentos que foi possível só por meio do SC Rural. Os valores não eram muito e ainda em um deles tive que fazer um empréstimo para dar a contrapartida, mas quando terminou o curso terminou tudo, não consegui mais ter acesso a nada. Eu acabei meio que desanimando. Estou indo atrás de fazer um curso técnico para poder trabalhar com outra área também, porque só da lavoura não tem como mais (S2).

Não temos quase nada aqui que se compare com a cidade, como as escolas, os campos de futebol, o posto de saúde, polícia etc, e isso é muito ruim. Aqui somos em poucos, e nunca dá para sair passear todos, porque se não ficar ninguém em casa roubam. Acabamos ficando presos aqui. A estrada que dá acesso aqui para o

caminhão vim pegar o leite é quase igual fazer uma aventura, a ponte já está quase caindo. Meu irmão para poder estudar teve que ir para cidade (S3).

Esses exemplos mostram que para o jovem, precisam de políticas que atenda-os de acordo com suas necessidades, sendo que os programas fossem amplamente divulgados e de fácil acesso. O processo de saída do meio rural para a cidade, seja em busca de trabalho e outras atividades, também é gerado pelo descontentamento proveniente de políticas setorializadas que não integram de forma ampla as demandas da juventude rural.

Na perspectiva de possibilitar a inserção dos jovens em um contexto social amplo, que não limite suas perspectivas de desenvolvimento, o SC teve um grande desafio ao propor integrar a um curso as questões de demandas dos jovens, associadas ao contexto político, social e econômico do país, como referiram as coordenadoras.

Os jovens relataram que de fato, o curso proporcionou uma visão ampla das diferentes realidades que os mesmos enfrentam e que é possível buscar novas perspectivas para o meio rural explorando novas alternativas. No contexto dos jovens, houve o manifesto de que, as dimensões citadas por Menezes; Stropasolas; Barcellos (2014) e pelo Conjuve (2006), e que são as bases do curso na perspectiva de desenvolvimento humano, influenciam de forma significativa a permanência ou não no meio rural, consequentemente causando impactos no processo de desenvolvimento rural.

Nas entrevistas, os jovens se referem a importante contribuição do curso de formação que integrou as ações do SC Rural em relação a inserção social no processo de desenvolvimento rural que as políticas públicas para juventude preveem. De acordo com alguns dos jovens, a contribuição foi ampla, e vai além da formação para as atividades produtivas, se relacionando principalmente ao desenvolvimento pessoal que é proporcionado nos espaços de discussão.

O curso foi muito importante, porque ajudou no entendimento de algumas dificuldades que tínhamos com nosso trabalho, desde a divisão das tarefas até a forma de gerir nosso negócio. Por exemplo, hoje nós não fizemos mais financiamentos, conseguimos gerenciar nossos lucros e custos de forma que nunca estávamos com dívidas. Isso ajudou para podermos reinvestir em melhorias que precisamos. No lado pessoal também percebi mudanças, pois a forma como nos interagimos com as pessoas é um grande diferencial para poder trabalhar em harmonia. Isso é desde aqui na família quanto lá fora, seja com os que prestam algum serviço para nós, ou nos lugares que costumamos negociar (S1)

Participar do curso foi muito bom, porque permitiu olhar para várias atividades que as vezes nós não conhecemos. Permitiu que na nossa atividade do leite também conhecêssemos novas formas para otimizar principalmente a mão de obra que ajudou muito aqui para nós, porque somos em muito poucas pessoas e o leite dá

muito trabalho, acaba sendo muito cansativo poucas pessoas. Outro fator que foi muito importante para nós aqui em casa foi conhecer modelos de pastagem que para nós que temos uma área que precisa ser bem otimizada, ajudou muito. Dentro dessas tecnologias que está disponível, hoje se não participar desses momentos acabamos ficando de fora e não conseguimos acompanhar o mercado (S2)

Gostei muito de poder estar participando das discussões que fui nos congressos e nas conferências, porque antes eu não fazia nem ideia que existiam. O curso me deu uma boa base para poder entender e até discutir nos grupos questões que são importantes para nós jovens. Como foi trabalhado bastante a questão pessoal no curso, percebi que foi muito válido, pois permitiu que algumas coisas que às vezes não sabemos bem como tratar com as pessoas, é possível discutir sem que ninguém fique magoado. Aqui em casa, por exemplo, já vem desde meu avô essas atividades que trabalhamos, então às vezes falar para mudar não é tão fácil e no curso aprendemos a ter esse cuidado quando vamos tratar de assuntos familiares que envolvem o negócio. Eu sou um pouco tímida e no curso essa parte pessoal é bem trabalhada. Consegui me expressar mais do que antes. Poder olhar para nossa atividade de uma forma que nos dê perspectiva de continuidade é muito bom, assim como também poder conhecer outras possibilidades que vão para além das atividades agrícolas que desenvolvemos aqui no campo e que foram discutidas nas conferências como novas oportunidades (S3)

Foi muito importante participar do curso, porque muitas das técnicas que aprendi no que diz respeito a manutenção e manejo de pastagens por exemplo, eu não fazia nem ideia que existiam e poder ter visto isso no curso, foi um grande salto aqui para nós. O curso permitiu ver que se não estivermos acompanhando essas novas técnicas ficamos de fora do mercado e isso é muito prejudicial, um atraso para um crescimento do negócio. Na questão social percebo que ajudou a interação tanto com pessoas de diferentes atividades quanto aos que trabalham com a mesma coisa mas que não trocavam suas experiências, e essa troca possibilita um crescimento pessoal muito grande, que vai para além de só estar na sala de aula ou atrás da atividade de campo. Nos encontros que fizemos de jovens para discutir assuntos que eram de interesses da juventude, percebi o quanto foi importante ter feito o curso e me embasado para entender do que tratavam os assuntos que foram sendo discutidos e ampliados em cada novo evento (S4)

O que está no cerne dos debates no que se refere às políticas públicas e programas voltados aos jovens rurais, é que, primeiro, a ausência dos jovens rurais nas arenas de discussões conforme destacado por Menezes; Stropasolas; Barcellos (2014), impossibilita incluir a diversidade de juventudes e suas realidades, como algo heterogêneo, se trata de uma discussão que já deveria ter sido superada.

É possível perceber nos relatos dos jovens, que a realidade no município de Chapecó, no que se refere a este tema, começa mesmo que a passos lentos, por meio de movimentos como o da Epagri, tomar rumos concretos nas discussões que envolvem a juventude rural. Apesar de que ainda não se teve uma efetividade na questão da pauta encaminhada ao Governo catarinense, como foi salientado pelas coordenadoras, o processo de mobilização e articulação dos jovens, a iniciativa em como inseri-los em espaços que permitem a expressão de cada particularidade, é um grande avanço.

De acordo com S5, as ações desenvolvidas têm contribuído de forma significativa para a

inclusão da juventude rural, mas ainda constituem um grande desafio, na medida em que os recursos disponíveis para tais ações não devem se limitar apenas para viabilizar questões econômicas, mas que perceber a juventude em sua complexidade, requer um investimento na inserção social desses jovens.

Nessa perspectiva, a Epagri ao propor um olhar ampliado sobre a realidade dos jovens, segundo a coordenadora do curso de liderança, gestão e empreendedorismo com os jovens em Chapecó, contribui para a inserção social do jovem no processo de desenvolvimento rural em suas atividades técnicas, políticas e pedagógicas.

O curso não foca apenas na questão da atividade produtiva, ou da parte que remete a liderança e/ou gestão. O curso é trabalhado em eixos, em que o objetivo não é fazer com que o jovem fique no campo, mas é oportunizar que por meio da qualificação e das experiências vivenciadas nas diferentes atividades que eles participam no período que estão no curso, o jovem possa tomar algumas decisões em relação a sua vida como um todo, principalmente no que diz respeito em continuar ou não no campo. Uma decisão mais embasada em conhecimento. Se ele decidir ir para a cidade, ele tem um embasamento do tripé do desenvolvimento que é o social, econômico e ambiental, o qual vai proporcionar essa inclusão. (S5)

Ainda segundo a coordenadora, a perspectiva em trabalhar com os jovens a partir das políticas públicas de juventude, requer um estudo da realidade de cada jovem participante, pois a intenção é justamente transformar a realidade dos mesmos a partir de suas escolhas, necessidades e desejos.

Nesta direção, S5 ressalta a preocupação e trajetória da Epagri com políticas e programas que iniciaram ainda na década de 70. Mais recentemente, o programa SC Rural, busca se orientar pela lógica da política de desenvolvimento rural do governo federal, na medida em que o poder público tem investido em ações que possam minimizar as dificuldades vivenciadas pelas famílias de agricultores familiares, tendo em vista a diminuição do êxodo rural dos jovens que por meio de capacitação técnica e produtiva, vislumbram possibilidades em permanecer no meio rural. Dessa forma, a experiência que a Epagri tem acumulado por meio das ações desenvolvidas com as famílias rurais, de forma direta e indireta, tem buscado contemplar o jovem rural.

Na década de 1970 a Epagri junto com o governo estadual trabalhou os clubes 4 S, porém ele não teve uma política de estado contínua. Tiveram outras ações, porém quando se retomou em 2010, 2011 dessa ação por meio do SC Rural, nós tivemos uma meta de um número de jovens que tínhamos que atingir, e ficamos com medo de que não haveria uma demanda, mas quando nos deparamos com a realidade que cada escritório começou a apresentar, ou seja, a demanda que existia de olhar para os

jovens, nos surpreendemos. Hoje a demanda é para além da capacidade que temos. Percebemos que tem diminuído o êxodo, e isso demonstra que existem jovens com vontade de ficar no campo, porém eles precisam muito de apoio, tanto das políticas públicas quanto da família, pois a família é também um dos determinantes para criar ou não uma expectativa no jovem. Muitos das famílias da agricultura familiar, passaram e passam por muitas dificuldades e os pais não querem isso para seus filhos. Hoje se tem uma ideia muito fechada ainda de famílias tradicionais que percebem o campo como um lugar que se transformou, se modernizando e deixando de lado os que não acompanharam essas tendências. Mas não é essa a realidade de hoje, pois existem muitas possibilidades de sistemas de produção que não requerem muitos investimentos e que possibilitam novas possibilidades para os jovens. Então quando eles não encontram esse apoio do poder público na questão financeira, e nem da família, de fato acaba desestabilizando os desejos dos jovens (S5).

Afirmar que os programas e as políticas públicas, articulados com a ampliação dos recursos que favoreçam os investimentos no meio rural em suas várias dimensões, tendo em vista as especificidades do contexto do jovem rural, pode garantir ou não a permanência desse jovem no meio rural. Contudo é importante frisar que a partir do acesso aos mecanismos – seminários, cursos, encontros –, os jovens poderão ampliar seus conhecimentos e fazer parte de uma conjuntura de planos e ações voltadas a juventude rural, permitindo por meio dessas vivências fazer escolhas, traçar objetivos e projetos, que terão significativa influência em suas vidas.

Esses apontamentos, permitem questionamentos em relação a motivação do jovem em relação a permanência no meio rural. Uma vez que o meio rural deixou de ser sinônimo apenas de agrícola, como destaca Baptista (1994), nova configuração do espaço rural, que possibilitou o surgimento de atividades não agrícolas, como, por exemplo, atividades ligadas a aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, levanta outros desafios sobre essas novas demandas de serviços no meio rural.

De acordo com Cardoso (2002), as transições econômicas denotam uma passagem camponesa para urbana e capitalista, demonstrando que o pensamento social clássico, pouco progrediu na compreensão do sistema econômico camponês em suas especificidades, considerando a economia camponesa como um modo de produção secundário, subordinado a modos de produção dominantes.

Apesar da grande diversidade social e econômica entre as diferentes regiões do Oeste catarinense, ainda é possível observar segundo Ferrari (2003), uma atividade não agrícola tímida no meio rural. Após a necessidade de uma reordenação no processo produtivo, houve segundo o autor, grandes mudanças estruturais.

Essas mudanças estavam diretamente condicionadas a fatores como a posse e distribuição da terra e pelo grande número de jovens que demonstraram o desejo de continuar

no meio rural. Contudo, com o passar do tempo essa realidade foi sendo modificada, com um intenso êxodo rural, principalmente por parte dos jovens, os quais buscavam novas oportunidades em outras regiões (FERRARI, 2003).

Essa busca por novas oportunidades enfraqueceu muito os pequenos agricultores que de certa forma perderam a mão de obra na unidade produtiva dos filhos que migraram. Ao mesmo tempo, para algumas famílias, essa reestruturação permitiu uma complementação na renda com as novas alternativas das atividades não rural (CARMINATTI, 2005).

A maioria dos entrevistados relatou ter irmãos e segundo eles, todos trabalham em atividades no meio urbano. Alguns retornam para casa a noite e outros somente nos finais de semana, confirmando que as atividades urbanas possuem significados para esses jovens.

De acordo com alguns dos entrevistados, eles também pensam a respeito da possibilidade de não permanecerem mais no campo, uma vez que são jovens e relatam uma dependência dos pais, na medida em que residem na casa deles e trabalham em atividades sob a direção dos mesmos. Como afirmaram em alguns dos relatos que foi possível observar, a ausência de políticas que deem garantias de permanência, a falta de acesso as necessidades básicas e a subordinação aos pais, são os principais motivadores para migrar para cidade.

Como já foi discutido, essas fragilidades precisam ser evidenciadas, mas mais do que isso, é necessário que hajam ações de transformação nessas realidades. Um exemplo desta questão, relacionada a forma como ainda algumas famílias encaram o processo de sucessão, acaba impedindo que os jovens façam investimentos no desejo de permanecer no meio rural. Essa realidade mostra o quanto foi importante as ações por meio do curso de formação do SC Rural, na medida em que propicia novos campos de conhecimentos para os jovens.

Segundo os relatos das coordenadoras da Epagri, o trabalho de sucessão nas atividades agrícolas continuam a ser extremamente importantes, contudo o que se buscou por meio do curso foi evidenciar como perspectiva, o protagonismo dos jovens nas tomadas de decisão junto a família. Esse processo de capacitação foi desenvolvido de forma contextualizada de acordo com a realidade de cada jovem que levava suas experiências familiares, as quais foram refletidas no grupo a partir de outras experiências e de referenciais teóricos que deram subsídio para as discussões, como é possível ver nos relatos.

Depois que participei do curso, conseguimos melhorar as condições de trabalho da nossa atividade, porque somos em poucos para trabalhar, mas isso não mudou muito nossa condição financeira, [...] o pouco a mais que se ganha é preciso reinvestir. Eu gostaria de poder continuar estudando, porque não vejo perspectivas de continuar aqui, [...] mas como vou estudar sem dinheiro. Para começar a faculdade mais perto

fica a mais de 20 km. Quando eu estudava, precisava fazer 5 km a pé para pegar o ônibus, porque a escola aqui ficava na vila, e quando chovia não dava para ir. Agora a pouco que compramos um carro, que financiamos pelo programa do mais alimento, mas não dá para colocar nas estradas todos os dias, porque tu deve ter visto, que nem estradas temos, é quase uns carreiros para chegar aqui (S1).

[...] é quase que normal nunca sair para lugar algum, não porque eu não gostaria, mas vou para onde? A comunidade que poderia ser um lugar dos amigos se encontrar está abandonada, porque não tem mais jovens no interior. Uma vez, eu tinha mais de 20 amigos que moravam aqui pelos arredores, hoje tem eu e o mais perto fica a uns 6 km daqui. A única coisa que tem na comunidade é uma bodega, mas não tem nada para se fazer lá. Quando sai alguma reunião aqui na comunidade nem sempre avisam todo mundo, porque as informações se perdem pelo caminho, quase como você se perdeu para chegar aqui. Vivemos meio nômades, escondidos de tudo (rizadas) (S2).

Eu precisei arrumar um trabalho na cidade para poder ajudar na renda em casa, pois só da atividade do leite não dávamos mais a volta. Tínhamos poucas vacas, porque meu pai havia cedido um pedaço para nós morar e não era muita terra. Mas além de ser pouca, também precisávamos dividir o lucro com ele, além de que ajudávamos em outras atividades das quais não ganhávamos parte. Ai resolvi ir trabalhar na cidade, mas me deparei com uma dificuldade quando engravidei, porque não tinha com quem deixar a filha. Comecei procurar uma creche na cidade já que eu vinha todos os dias, mas não foi fácil, porque todas tem poucas vagas. A que eu consegui ficava longe do meu trabalho, então preciso sair muito cedo de casa para deixar na creche primeiro. No final do dia meu marido geralmente precisa ir buscar na creche, porque meu trabalho acaba depois que as crianças são liberadas. Então vira e mexe acaba sendo um custo alto também e muita correria, mas é o único jeito de ir se virando, porque não tivemos oportunidade de nós mesmos cuidarmos de nossas atividades na roça e ter nossos investimentos e lucros com mais autonomia (S3).

Como é possível observar nos depoimentos, a falta de acessos básicos e a questão da sucessão familiar caracterizam aspectos que desmotivam os jovens a permanecer no meio rural. Entretanto, ressaltam que a possibilidade de participar de atividades de formação são significativas e deveriam ser mais frequentes, pois permitem olhar para novas alternativas.

Segundo estudos do MDA (2015), a diminuição dos jovens no campo, que desencadeia em uma reduzida população rural e o descontentamento que há por parte dos que ainda estão, não é uma particularidade de uma região específica. O MDA (2015) frisa que apesar da representatividade da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, apenas 24,3% do total da área utilizada por estabelecidos agropecuários é ocupada pela agricultura familiar.

Ao tomarmos como referência a região do Oeste Catarinense em relação às transformações e mudanças no meio rural, observa-se que essa, caracterizou-se pelo mercado integrado à agroindústria. Segundo Steinwandter (2016), em Santa Catarina, 80% das propriedades são representadas pela agricultura familiar.

Com aproximadamente 41,9% da população residente no meio rural, a região Oeste de

Santa Catarina se alicerçou historicamente pela agricultura familiar, servindo como base histórica para o crescimento econômico da região (BRASIL, 2010).

A crise ocasionada pela ruptura no campo econômico e no campo social pela qual passou agricultura familiar no Oeste catarinense, a partir do início dos anos de 1980, desencadeou interesses dos diversos atores sociais, tanto em relação ao desenvolvimento regional quanto à agricultura familiar. Esses interesses, segundo Ferrari (2003), estavam ligados à necessidade da construção de um novo modelo de desenvolvimento que levasse em consideração as novas demandas que se voltavam às questões de sustentabilidade e equidade social.

De acordo com Rover (2009, p.106), ao discutir sobre as formas de organização da agricultura camponesa, coloca que, o financiamento da modernização da agricultura brasileira se realizou “através do endividamento do Estado brasileiro. Do modelo de desenvolvimento, ocorre uma etapa de crise e subsequente ajustamento de mercado, de modos de vida e de organização social”.

Esse processo se caracterizou pela exclusão de grande número de agricultores das atividades integradoras junto às agroindústrias na região Oeste. Essa exclusão, como destaca Ferrari (2003) se deu principalmente pela exigência de automação nos processos produtivos, o que dependia de uma tecnologia empregada que agregava altos custos de investimento para os pequenos agricultores, o que exigiu a busca de novas alternativas de produção.

O modelo de produção do Oeste Catarinense se caracteriza por um processo convencional de integração – frango e suínos – e na agricultura de expansão, o que remete a uma valorização da produtividade da terra e não do trabalho. Segundo destaca Testa et al., (1996), quando se trata do setor primário, a região do Oeste Catarinense, é altamente dependente economicamente do setor agropecuário.

Contudo, quando analisados os dados que os jovens relataram, que tratam das dificuldades enfrentadas na agricultura em suas realidades, é possível verificar que a condição nem sempre permite acompanhar uma produção integrada e em grande escala, caracterizando um modelo de agricultura, pautado em um padrão econômico expansionista imposto à agricultura familiar.

Os jovens quando questionados nas entrevistas a respeito de como percebem o processo de desenvolvimento rural em relação a atuação das políticas públicas sobre a realidade dos mesmos, salientaram que não há uma resposta satisfatória, uma vez que na condição de agricultores, estão muito vulneráveis as oscilações de mercado e as tendências das empresas que operam os segmentos produtivos na região.

Segundo os jovens, suas percepções sobre o desenvolvimento rural, seria o poder público ter minimamente condições de garantias, que visassem desde o processo de investimento até o momento de comercialização dos produtos.

Os órgãos públicos deveriam proporcionar ao agricultor, que quem está produzindo tenha respaldo em sua atividade, desde o interesse em investir em um determinado segmento produtivo, até no escoar essa produção com preço justo. Além disso, é preciso também olhar para o agricultor como um ser humano que está trabalhando na terra de baixo de sol forte, frio, chuva e que não é um trabalho fácil (S2).

Desenvolver o rural é dar oportunidades de produzir e ter lucros para poder ter uma qualidade de vida melhor. Hoje não se tem estrutura de nada para nós no campo. É desde as estradas muito precárias. Nem um frete se consegue quando precisa por que os acessos são péssimos. Para poder se comunicar, porque hoje não tem como ficar isolado, é um valor absurdo, porque não se tem nenhum incentivo para isso (S3).

Não sei como podem falar em desenvolvimento rural se o agricultor é o último a ser visto. Entendo que isso seria desenvolver a parte do campo no aspecto econômico e social como um todo. Mas a gente percebe que só levam em consideração o quanto se produz, e não nós que estamos aqui as vezes sofrendo para produzir (S4).

Como é possível observar, a falta das garantias citadas pelos jovens, geram de acordo com Rover (2009) atravessamentos na viabilidade de uma produção sustentável e na permanência das famílias no meio rural, principalmente do jovem rural que não é visto como protagonista do desenvolvimento nos territórios rurais.

No município de Chapecó, as mudanças ocorridas no meio rural não são diferentes do que aconteceu na região de forma geral. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó – PDRC (2015), o município está inserido na Mesorregião Oeste Catarinense, e devido a sua diversidade no processo produtivo (leite, milho, fumo, hortifrutigranjeiros, frango, suíno, agroindústrias familiares, soja, trigo, feijão), é um dos principais municípios da Região Oeste do Estado de Santa Catarina.

Porém, o novo rural destacado por Ferrari (2003) e Rover (2009), que se constituiu na região de Chapecó, se configura por processos produtivos geracionais, ou seja, as terras que atualmente pertencem as famílias dos jovens entrevistados, são heranças de gerações. Foram terras dos avós dos jovens que seus pais herdaram partes divididas entre os irmãos. Segundo os próprios jovens, a maior parte de seus vizinhos ao entorno, são parentes, principalmente tios. Esse fato, mostra que também as atividades atualmente desenvolvidas, são em sua maior parte geracionais. Houveram avanços no emprego de tecnologias e técnicas de produção, mas continuam essencialmente sendo as mesmas por gerações.

As terras que foram herdadas e outras áreas adquiridas no entorno, segundo os

entrevistados seguiam modos de produção tradicionais baseados, por exemplo, na produção de grãos. Contudo, este processo produtivo deixou de ser viável em áreas pequenas como as das propriedades dos jovens entrevistados. Estas mudanças, de acordo com os mesmos, gerou necessidade de adaptação a novas atividades e modelos de produção impostos pela integração, tais como suínos, aves, fumo e mais recentemente para alguns, o leite, que eram atividades desconhecidas para as famílias dos jovens.

Essas transições econômicas, que demandaram ajustamentos e reorganização, a terra deixa de ser fonte de poder e matriz das forças sociais, surgindo um novo modelo nos modos de produção. Isso ocorreu devido a crise que ocasionou significativas perdas nos rendimentos dos agricultores, principalmente em áreas que foram adquiridas por famílias que parcelaram a terra entre os filhos, ficando pouca terra para garantir o sustento das famílias (ROVER, 2009).

Esse processo reforça o novo rural, que apesar da integração, a maioria das famílias apresenta diversificação produtiva, uma vez que possuem atividades de integração, principalmente de frango, contudo, também consorciavam outras atividades, como o leite, o fumo e o hortifrutigranjeiro.

É importante destacar que o sistema de integração, atualmente procura priorizar os produtores que se dedicam exclusivamente em cada segmento, dando como “bônus” a assistência técnica para seus produtores. Diferentemente do processo de integração, e que é segundo os próprios jovens, um investimento que não traz tanta segurança quando não integrado, é a produção de fumo comercializada de forma independente, ou seja, vendida para o comprador que oferecer o melhor preço. No caso dos hortifrutigranjeiros, a venda é realizada em mercados de proximidade como supermercados e feiras, bem como diretamente ao consumidor no meio urbano.

Todos os jovens que foram entrevistados fazem parte, ou são integrados de empresas agroindustriais de grande porte da região. Alguns ainda produzem outros produtos como fumo, laranja, morangos, que são comercializados em menor escala por outras empresas do segmento, como é o caso de um dos jovens em que a família entrega leite para um laticínio de pequeno porte da região.

Segundo o relato desse jovens, a escolha de entregar o leite em uma empresa menor, está ligado principalmente ao melhor preço pago. Contudo evidenciou que além do preço, um diferencial está na assistência técnica e a venda de produtos condicionados a entrega do leite. São fatores que segundo o mesmo facilita muito a questão econômica da família.

Nas entrevistas, dois jovens afirmaram que a Epagri vinha orientando tecnicamente a família em muitas atividades. Contudo, segundo os mesmos, de uns anos para cá essa

proximidade já não acontece mais tanto quanto antes.

Quando começamos trabalhar com leite aqui em casa, o pai buscou informações para começar fazer pastagens com os técnicos da Epagri. Eles estavam sempre aqui em casa, até na lavoura iam com nós. Eles também convidavam muito meus pais para participarem de cursos que eram promovidos pela Epagri e também por outras empresas que eles avisavam. Isso era muito bom, porque eles aprendiam sempre coisas novas e outras para ir melhorando cada vez mais. Com o passar do tempo isso foi mudando, porque hoje eles só vem se ligar e agendar uma data. Dificilmente eles aparecem por aqui sem que os chame. Antes não, até chimarrão eles vinham tomar (S1).

Agora que estou envolvido com o SC Rural, os técnicos vêm com mais frequência, mas às vezes só se chamar. O pai conta que já foi diferente, que teve épocas em que eles chegavam vim aqui em casa quase toda semana, já eram quase de casa. E não era só aqui em casa assim. Nos meus tios que trabalham com leite também eles iam muitas vezes no mês. Eu acho que hoje essa dificuldade se dá por causa dos trabalhos internos que eles tem e poucas pessoas, porque quando eu ia no curso observava que eles estavam sempre quase apagando incêndio e reclamavam muito da falta de pessoal. No projeto eu não posso reclamar, porque sempre que preciso sou atendido, mas eles estão sempre correndo para dar conta de tudo (S2).

De acordo com as coordenadoras do programa, essa realidade relacionada as dificuldades de assistência técnica pública e de qualidade, constitui um limite quando se pensa no processo de desenvolvimento rural, contudo, salientam que em relação aos jovens participantes do curso, há um acompanhamento das propriedades antes, durante e após a realização do curso. Apesar do baixo número de técnicos disponíveis para dar conta da demanda, se busca fazer um acompanhamento mensal na propriedade dos mesmos.

Os jovens que são egressos da capacitação, quando são convidados para participar, a partir do interesse, eles já começam a ser acompanhados, ainda antes do curso, que se dá por meio das visitas na propriedade, com as explicações de como funcionará a capacitação e pensar com os jovens já nesse projeto de vida a partir das orientações técnicas dos extensionistas. Durante o curso, o projeto de vida busca identificar as demandas de suas propriedades, o que está fragilizado e poder trabalhar isso. Posterior colocado em prática seus projetos, uma vez por mês, ou de acordo com a necessidade, os técnicos fazem o acompanhamento nas propriedades. Outra forma que esse projeto assiste ao jovem é o dinheiro disponível que o projeto dispõe para viabilizar as melhorias na propriedade. Hoje ainda os pais veem os filhos como imaturos para terem uma autonomia de gerir os negócios. Além disso, a maior parte dos jovens não tem uma independência financeira que os possibilite investir em seus projetos (S5).

Ainda de acordo com ao Jovens, a questão do acompanhamento técnico durante o curso realizado, foi reconhecido e destacado como fundamental. Entretanto, limites também foram apresentados, a exemplo da dificuldade financeira para viabilizar os projetos e do

número limitado de técnicos para acompanhar as atividades.

Tenho um acompanhamento desde que iniciei no curso. Eles prestam assistência sempre que nós precisamos. Do projeto especificamente eles estão sempre acompanhando como está andando. Durante a implementação do projeto eles estavam muito presentes (S1).

Na verdade eu fiquei meio de lado na parte da execução por um tempo. Atrasou o pagamento dos recursos que eram para pôr em prática meu projeto. Precisei cancelar o pedido com os fornecedores, porque eu não tinha recurso para pagar a contrapartida. Mas depois, aos poucos, com a ajuda dos técnicos, encontramos uma saída e aí o projeto andou (S3).

Tive um excelente acompanhamento sempre que precisei. Mas percebo que há uma dificuldade relacionada a questão do pouco pessoal que eles tem. Cada vez mais o pessoal se aposentando e não tem outros entrando. E isso também é um atraso, porque troca todo o ano o técnico e percebemos que cada vez esse novo precisa se inteirar de tudo e isso leva muito tempo, sem contar que alguns não entendem muito de todas as atividades (S4).

De acordo com as coordenadoras da Epagri, a questão relacionada a assistência técnica antes, durante e após o curso, é uma dinâmica de atender os jovens em uma perspectiva sistêmica, que tem como objetivo de transformar o jovem em um agente social, político e econômico, é possível, e foi comprovado nos muitos projetos que foram implementados a partir do desejo dos jovens que participaram do curso. Contudo, também há os limites que não podem ser deixados de lado nesse processo e que é uma das maiores preocupações na continuidade dos trabalhos. De acordo com uma das coordenadoras,

O limite principal está na prática de campo de poder atender a todas as demandas que se apresentam. Há uma diversidade muito grande de região para outras e os trabalhos precisam ser sempre pontuais. Contudo o número baixo de capital humano técnico fragiliza que seja ampliado para além da capacidade do acompanhamento de cada jovem. Outro fator limitante também diz respeito a questão de recursos financeiros para dar mais subsídio ao próprio jovem na questão econômica. Nem todos tem uma condição financeira boa para poder colocar em práticas seus projetos, mesmo os que contam com parte dos investimentos subsidiados (S6).

A partir destas questões abordadas pelos jovens e também pelas coordenadoras da Epagri, é possível entender a relação que existe entre uma política pública de extensão rural pública que visa o processo de desenvolvimento rural e as políticas de desenvolvimento da economia de mercado neoliberal, caracterizada pela crescente privatização dos serviços públicos.

A falta de atenção do poder público em relação as políticas públicas, tem levado cada vez mais a atuação de cooperativas e empresas que integram os agricultores em determinadas atividades de produção, ou que prestam serviços terceirizados de assistência técnica (DUARTE; CASTRO, 2004).

De acordo com Duarte e Castro (2004), os agricultores, na eminência do poder público que dê conta das demandas, acabam buscando o serviço terceirizado de assistência técnica e outros serviços (financiamentos; construção de açudes; infraestrutura para determinadas atividades como suinocultura, avicultura, bovinocultura) seja particular ou associado ao processo de integração, o que gera custos adicionais pelos serviços, ocasionando pelo menos dois sérios problemas na cadeia produtiva.

O primeiro está relacionado ao alto custo para o agricultor, que passa a reduzir seu lucro em função dos serviços pagos, atrelando a uma dependência aos prestadores de serviços. O segundo, é que não se tem qualquer controle sobre esses serviços prestados, ou seja, não há uma fiscalização se de fato está sendo feito um trabalho que possa dar garantias de qualidade e respaldo na atividade do produtor (DUARTE; CASTRO, 2004).

Os jovens relatam em suas entrevistas que dependem da assistência técnica ligada as empresas que são integrados. Segundo eles, se não recorrer a essa modalidade de assistência, não conseguem conduzir os processos que dependem de técnicas aperfeiçoadas ou de serviços específicos. Relatam ainda que as empresas aproveitam as fragilidades devido à carência de assistência e usam de inúmeras artimanhas para continuar explorando os agricultores.

Se não pagar para os técnicos que são conveniados a cooperativa não conseguimos outra assistência. O problema disso é que como nem sempre entendemos se de fato o que eles recomendam seria o indicado, então acabamos nem questionando. Hoje em todos os segmentos os técnicos ganham comissões e isso é péssimo. Tenho amigos que se formaram em técnico agrícola e que as vezes vem passear aqui em casa e eles me falam sobre essas parcerias que eles fazem com as empresas grandes que vendem produtos (S1).

O que as cooperativas que integram os produtores fazem é um absurdo, porque elas nas épocas de crise tem muitos incentivos do governo e não repassam para nós isso como um bônus, pelo contrário, baixam os preços pagos e muitas das vezes ainda não querem receber os produtos alegando que tem pouco consumo. No fim ficamos sempre com o prejuízo e os atravessadores e o comércio de forma geral é que se desenvolve (S2).

Aqui no campo estamos bem desassistidos na questão técnica. A um tempo atrás, antes do curso e durante o curso, os técnicos vinham com muita frequência. Mas com o passar dos anos isso foi mudando. Depois que fiz o curso, eles também pararam de vir com frequência. Acho que as vezes eles se acomodaram no escritório. Se ligar atrás da Epagri e agendar eles vem, mas se não for assim não visitam mais (S3).

Aqui em casa o único acompanhamento que temos é dos técnicos da Epagri, mas é mensal. Se eu preciso de alguma orientação ligo para eles e eles prontamente se deslocam para a propriedade. Também tem acompanhamento do técnico da cooperativa que entregamos o leite, mas esse precisamos pagar cada deslocamento. A prefeitura não sei nem se tem técnico para atender os agricultores, mas se tiverem eu nunca os vi por aqui (S4).

De acordo com os jovens entrevistados, estar associado ou integrado a uma determinada agroindústria, não é um privilégio, mas uma necessidade. Segundo eles, a exploração é tamanha, que passou a ser naturalizada. O exemplo de um dos jovens, é relacionado a integração do frango.

Segundo S1, sua família é integrada de uma agroindústria de frangos da região. Segundo o mesmo, os investimentos foram tão altos em infraestrutura, que por muitos anos, mesmo que o empreendimento tenha sido feito acima da terra deles, a terra não é mais de posse da família até que o investimento seja pago, pois a terra serviu de garantia para acessar o financiamento das estruturas de produção.

Já no que diz respeito ao trabalho executado com a atividade, segundo o jovem, envolve o trabalho de três pessoas. Todas as pessoas da família dele estão trabalhando, inclusive faltando mão de obra, o que sobrecarrega a família, não possibilitando tempo para outras atividades, como lazer. Todas essas questões de acordo com o jovem, são tratadas como normal pelos setores públicos, que não levam em consideração as dificuldades que eles enfrentam.

O sistema de integração segundo outro jovem, S2, em que a terra acaba sendo penhorada, é a garantia do banco que precisa receber o pagamento do investimento. Já eles, os produtores, ficam com todos os ônus do processo.

Essa forma como é trabalhado hoje, só nós ficamos sem garantias. Do lado da indústria, exigem de nós o empenho, a qualidade, a responsabilidade etc., para garantir que eles continuem vendendo os produtos deles. Quando dá uma doença ou as perdas nas cargas por transportes, nós perdemos, se o país entra em uma crise, nós perdemos. E quando eles não nos pagam por um ou outros motivos, o banco não perdoa, cobra juros alto e se bobear vai a terra para leilão como já aconteceu com um vizinho nosso (S2).

O fator econômico, de altos investimentos, pouco retorno, sobrecarga de trabalho e muitos riscos de perdas, está diretamente ligado a renda e autonomia de gestão das propriedades. Em muitas situações, sem uma perspectiva de autonomia e de renda, o jovem acaba se vendo “amarrado” em relação ao desejo de continuar na agricultura.

As afirmações dos jovens em relação a dificuldade de acesso é salientada por Barcellos (2014), o qual também destaca como fator limitante a burocracia em acessar, por exemplo, programas de aquisição de terras e crédito rural para investir na propriedade, tanto no que diz respeito a estruturas quanto à produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude é uma categoria marcada por um processo de invisibilidade no que diz respeito as políticas públicas. Todavia, quando se trata de juventude rural, como foi possível evidenciar neste estudo, tal problemática é mais complexa, haja vista que pouco se discute a respeito das juventudes em suas especificidades e particularidades, o que torna relevante a temática que este trabalho se propôs discutir.

Considerando a problemática apresentada, buscou-se refletir teoricamente sobre a complexidade da categoria juventude, e mais especificamente contribuir para a compreensão do heterogêneo universo no qual estão inseridos os jovens rurais quando este estudo se propôs a analisar a contribuição do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo do SC Rural para os jovens rurais no município de Chapecó.

De maneira geral, como foi possível constatar a partir da revisão realizada sobre o processo de construção das políticas públicas para a juventude, atualmente, a base da política nacional de juventude é a mesma tanto para jovens urbanos, quanto rurais. Este fato demonstra que o processo de elaboração de políticas que considerem as particularidades dos jovens rurais, apresenta avanços, mas ainda possui muitas limitações.

Conforme destacado por alguns autores, as políticas públicas voltadas à juventude rural, devem ser pensadas conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que vise a emancipação e autonomia desta categoria consciente da necessidade de superar as desigualdades produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro.

Nessa perspectiva, este estudo por meio da análise do curso em liderança, gestão e empreendedorismo ofertado pelo Programa SC Rural da Epagri em Santa Catarina, buscou evidenciar ações e estratégias como o curso de formação, voltadas às necessidades dos jovens rurais, sendo que um dos aspectos relevantes neste processo diz respeito ao acesso ao conhecimento. Na visão das coordenadoras da Epagri, a informação e o acesso ao conhecimento, são grandes instrumentos de inclusão e fortalecem a expansão e participação social dos jovens rurais por meio do protagonismo e empreendedorismo.

O processo de formação vivenciado pelos jovens rurais do município de Chapecó no curso investigado amplia as competências dos mesmos para que valorizem o meio em que vivem e contribui para alterar as condições socioeconômica e ambiental das famílias dos mesmos. A metodologia de formação por alternância se trata de um importante diferencial no processo de desenvolvimento do curso, pois a partir da teoria e prática que foram sendo trabalhadas de forma articulada, possibilitou responder às necessidades e fragilidades

vivenciadas no meio rural de forma condizente com a realidade de cada jovem.

A participação dos jovens no programa SC Rural, permitiu ampliar e modificar suas relações sociais, tais como o desenvolvimento da organização social, melhor comunicação com a família e o aumento do interesse pelas questões relacionadas as discussões que envolvem a juventude. Os jovens passaram a se envolver nas atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo do curso a partir do projeto de vida, possibilitando perspectivas de continuar no meio rural.

As alterações promovidas pelas estratégias do SC Rural, a partir do curso de formação, foram visivelmente perceptíveis nos relatos dos jovens, tais como questões relacionadas ao aumento da renda. O programa colaborou positivamente com a visão que os jovens tinham de que somente a cidade pode trazer melhores condições de vida, principalmente no que diz respeito ao aumento de renda própria.

Outro ponto positivo a partir da ação do SC Rural com os jovens em Chapecó, foi possibilitar ferramentas para que eles pudessem conquistar um espaço de decisão no processo de gestão do empreendimento a partir do projeto de vida. Quando isso foi possibilitado, os mesmos conseguiram, de acordo com os relatos, visualizar perspectivas e dar continuidade em seus projetos a fim de permanecer no meio rural, possibilitado aos jovens uma nova percepção sobre o processo de socialização, recusando-se aos valores que foram até então dogmatizados.

Esse apoio na questão de gestão do empreendimento foi importante, pois não saber como tratar as questões de hierarquia no processo de gestão da propriedade familiar, por exemplo, possibilita que os jovens vão em busca de novas atividades, sejam agrícolas, ou não agrícolas, sem ter uma certeza do que buscam, pois acabam se sentindo apenas como subordinados à família.

É importante ressaltar que a contribuição do SC Rural a partir das ações do curso de formação, na perspectiva de incentivar os jovens a permanecer no meio rural, enquanto sucessores das atividades produtivas, são extremamente importantes. Entretanto, essas políticas não podem se restringir as transformações que podem acontecer também fora da realidade que os jovens estejam envolvidos, ou seja, nas atividades não agrícolas por exemplo.

Como exemplo, se destaca o relato de dois jovens entrevistados que afirmaram de que não havendo possibilidade de continuar a investir na propriedade da família, buscaram a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação do SC Rural, o investimento de acordo com seus desejos. Um dos jovens investiu em outra propriedade, a qual adquiriu a partir de um dos programas do governo federal, o Nossa Primeira Terra. O outro está conciliando o

trabalho na propriedade da família com um curso profissionalizante na cidade, objetivando posteriormente prestar serviços em sua área de formação (Serviços Elétricos) na região rural.

De forma geral, os jovens que participaram da pesquisa, apontaram que apesar do trabalho na agricultura os manter vinculados às tradicionais relações familiares geridas pelos pais, estas ao mesmo tempo não dão liberdade para que possam fazer suas escolhas em relação a novos investimentos. Estas questões estão relacionadas ao sentimento dos jovens não sentirem-se mais atraídos pelas mesmas atividades desenvolvidas pelos pais, o que de certa forma compromete o processo de sucessão tradicional, por exemplo, há uma linha tênue que precisa ser vista e a Epagri, como executora do curso, precisa ter o cuidado de perceber esse desejo do jovem sem influenciá-lo a partir das atividades que já existam na propriedade da família.

Nesse sentido, foi possível perceber a preocupação das coordenadoras da Epagri, sobre a importância em trabalhar com a juventude rural no curso de formação, a partir da perspectiva de estimular os jovens para além das atividades agrícolas, ou seja, trabalhar os aspectos sociais, ambientais e econômicos, visto isso como fator determinante para que os mesmos possam fazer suas escolhas conscientes.

Mesmo que estas perspectivas sejam experimentadas pelos jovens a partir do curso do SC Rural, a possibilidade de desenvolvimento de novas atividades, de acordo com os relatos dos jovens, nem sempre se concretizam, na medida em que se sentiram abandonados após o término do curso. Isso aponta para uma fragilidade no processo de continuidade permanente das ações do SC Rural, em específico as relacionadas ao curso de formação.

A constatação de falta de continuidade nas ações de formação e acompanhamento dos jovens ocorre principalmente pela ausência de profissionais para atender a demanda, pois o curso em questão não possui parcerias para continuar mantendo a assistência aos jovens, sendo que muitos deles acabam se desestimulando.

De acordo com os jovens, embora tenham participado do curso de formação, visto por eles como um benefício, o resultado na execução do projeto de vida não dá conta de todos os aspectos relacionados a questão econômica, visto que são projetos limitados dentro de um determinado orçamento que o programa prevê.

Esta constatação, diz respeito a duas principais limitações segundo os mesmos. Uma relacionada ao número reduzido de técnicos e outra, ao baixo valor disponibilizado pelo SC Rural para o investimento/desenvolvimento do projeto de vida nas propriedades. De acordo com os jovens, alguns projetos demandavam mais recursos para viabilizar os mesmos, contudo, o valor disponibilizado nem sempre atendia as necessidades efetivas. Associado a

esse aspecto se destacou o baixo poder econômico da família em dar a contrapartida necessária para a execução do projeto, já que o mesmo exige 20% de contrapartida do jovem, nem sempre disponível no orçamento da família.

Outras fragilidades também foram constatadas, principalmente no que se refere a articulação da Epagri em organizar reuniões e eventos que pudessem, posteriormente ao curso e execução do projeto, tornar-se mais uma ferramenta de discussão da realidade do jovem rural. Essa articulação poderia criar uma rede fortalecida a fim de dar maior visibilidade para o jovem rural dentro do processo de desenvolvimento rural, possibilitando que os jovens sejam considerados como um ator que se articula politicamente, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que atendam suas demandas.

Esses aspectos levantados pelos jovens demonstram que de fato algumas limitações ainda precisam ser trabalhadas no âmbito das políticas, mas também permite compreender que os atores envolvidos com as ações voltadas para a juventude rural têm fundamental papel na articulação entre as instituições públicas e a comunidade, tendo em vista a criação e fortalecimento de uma rede de discussão, que ainda não dá conta da diversidade dos jovens no meio rural.

Constatou-se também que o Programa SC Rural a partir de suas ações, proporcionou aos jovens do município de Chapecó uma compreensão de que é preciso discutir um novo modelo de administração rural. Um modelo com estratégias que vão ao encontro de suas demandas, visto a dinamicidade dentro de cada propriedade, que possam possibilitar, por exemplo, a busca por inovações, as quais agregam valor às suas atividades e produtos. Estes aspectos são fundamentais e contribuem para a qualidade de vida da família, pois otimiza as forças de trabalho, oportunizando mais tempo livre e reduz os custos, o que gera um aumento na renda.

De forma geral no que diz respeito as políticas públicas para a juventude rural, pode-se constatar que a soma dos esforços realizados pelos diferentes atores (governamentais e não governamentais) em nível federal, não foram até agora suficientes para a consolidação de políticas específicas que possam atender a diversidade do meio rural e mais especificamente das juventudes rurais.

Mesmo com muitos desafios, o Programa SC Rural, no que diz respeito ao desenvolvimento rural, possibilitou a inserção social e uma melhor qualidade de vida as famílias dos jovens rurais por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas. As ações desenvolvidas pela Epagri com o curso de formação permitiu também articular importantes discussões em nível estadual no que diz respeito aos espaços

deliberativos de políticas públicas.

Em nível municipal, o curso possibilitou aos jovens participantes, uma discussão não apenas sobre o processo de sucessão familiar e de novas práticas de produção, mas constituiu um mecanismo fundamental no processo de inserção social destes jovens, por meio do acesso ao conhecimento, aspecto este que precisa ser ampliado pelas políticas voltadas as juventudes. Por fim, foi possível constatar que o programa SC Rural, contribuiu significativamente na questão da liderança, da gestão e do empreendedorismo rural, despertando nos jovens participantes uma perspectiva de investimento no que diz respeito ao desejo em permanecer no meio rural, lutando e concretizando seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton L.; MELLO, Marcio Antônio de; DORIGON, Clovis.; BALDISSERA, Ivan T.. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acessado em jan. 2017.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2007.

BAPTISTA, Fernando O. **Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul**. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Chile, 1994. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=D000144&pid=DS0102-8839200100010001700008&lng=pt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 22 de jul. 2015.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>>. Acesso em 24 de jun. 2015.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Crédito Rural: Pronaf Jovem**. 2014. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_jovem.html>. Acesso em 15 de jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.p. 149-168.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.780, DE 27 DE MAIO DE 2016**. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8780-27-maio-2016-783152-publicacaooriginal-150428-pe.html>>. Acessado em: 15 de Mar. 2017.

_____. MDA/SDT– Ministério de Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Catarinense**. Brasília, nov. 2010. Disponível em:<http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio071.pdf>. Acesso em 21 set. 2016.

_____. **Lei n. 11.129**, de 30.06.05. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens -

ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude [...]. Diário Oficial da União, Brasília, 1º jul. 2005.

_____. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação de política nacional de agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 22 de jul. 2015.

_____. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 03 Maio 2015.

BRENNER, Ana. K.; CARRANO, Paulo. **Formas da participação de jovens na vida pública**. [Online] Observatório Jovem do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/formas-econte%C3%BAdos-da-participa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-na-vidap%C3%BAblica>>. Acesso em 27 de nov. de 2015.

BRUMER, Anita. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. **Juventude Rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 115-138.

CAMARANO, Ana Amelia.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, Dez. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Out. 2016.

CARMINATTI, Léia. **Os significados da equidade e justiça social para os feirantes da Feira de Produtos Agroecológicos e coloniais da Unochapecó**. Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social). Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Chapecó, 2005.

CARNEIRO, Maria. José. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flavio C.; CASTRO, Ana Celia. (Org.). **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; FRIGOTTO, Gaudencio. (Org). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de

Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2010. 788p.

_____. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias sociales**. v. 7, n. 1, pp. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf>> Acesso em: 08 Jun. 2015.

CASTRO, M. G. VASCONCELOS, Ana Maria N.. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Miriam.; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

BACK, Alvaro José; FONTANA, Renato Bez; CITTADIN, Durci Feltrin. O projeto microbacias em Santa Catarina. , Criciúma, v. 6, n. 1, p. 55-63, jan/jun. 2000. Disponível em <<http://www.microbacias.sc.gov.br/consultarArquivo.do?entity.arquivoPK.cdProjeto=1&entity.cdAssunto=11>>. Acesso em 20 de jun. de 2017.

CHAPECÓ, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente. Prefeitura municipal de Chapecó/Estado de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó – PDRC 2013/2016**. Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/?f=/Sedema/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Rural.pdf>>. Acessado em 21 de set. 2016.

CNJTTR, Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Transformando o presente e construindo o futuro. **Rev. Juventude Rural**. Contag, Brasília, jul. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE et. al (Org.) (CONJUVE). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Carta proposta da juventude trabalhadora rural**. 3º Festival da Juventude Rural (Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina), 2015. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fh_TTGL-ccAJ:www.agenciajovem.org/wp/%3Fp%3D6874+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 22 de jul. 2015.

CORDEIRO, Rui Mesquita. Jovens na linha de frente. In: LANDIM, Leilah; TREVISAN, Maria Carolina (Orgs.). **Apoio internacional ao desenvolvimento local: experiências sociais com juventudes no Nordeste**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

COSTA NETO, Canrobert. Diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar. In: LIMA, Eli Napoleão de et al. **Mundo Rural IV**. Rio de Janeiro, EDUR/MAUAD, 2007.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia. In: _____. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.13-38.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, J. G. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.

DUARTE, Jorge; CASTRO, Aantonio Maria G. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. Disponível em: <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22CASTRO,%20A.%20M.%20G.%20de%22>>. Acessado em 10 de Mar. 2017.

EPAGRI. **Empresa**. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=5767>. Acesso em: 12 de Out. 2016.

_____. **Jovens agricultores discutem futuro em encontro estadual**. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br/?p=17690>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

FERRARI, Dilvan. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2003.

FIGUERÓ, Cíanarita Caron. Sucessão Familiar a Região Oeste de Santa Catarina. In: GERBER, Rose Mary (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri - 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 43-52.

FILHO, Hildo M. S.; BATALHA, Mario O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005.

FLORES, Aécio Witches. **Gestão rural**. Porto Alegre: Dos Autores, 2006.

GERBER, Rose Mary (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: Epagri, 2016.

GIMONET, Jean Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: **Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e associativismo no Brasil atual. In: _____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. La subjetividad: su significación para la ciencia psicológica. In: FURTADO, Odaí; GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz (org.). **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa populacional 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 de ago. 2016.

MAURIEL, Ana Paula O. Fundamentos do combate à pobreza na contemporaneidade: Amartya Sen e a perspectiva do desenvolvimento humano. In: SERAINE, Ana Beatriz dos S.; JUNIOR, Raimundo Batista dos S.; MIYAMOTO, Shigenoli.. **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Unijuí; Teresina: Ed. Universitária da UFPI, 2008. p. 87-128.

MEISTER, Janaina M. **Estudo sobre os Impasses Encontrados pelos Agricultores Familiares Feirantes de Chapecó para ampliar a produção orgânica**. 2001. Monografia (Conclusão do Curso de Agronomia), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **ONU reforça a importância da agricultura familiar para o mundo**, 2015. Disponível em <www.mda.gov.br/sitemda/noticias/onu-refor%C3%A7a-import%C3%A2ncia-da-agricultura-familiar-para-o-mundo#sthash.RHJH53Yb.dpuf>. Acesso em 07 de Maio 2015.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial sobre a Juventude 2007: a transição dos jovens à idade adulta**. Nova Iorque: ONU, 2007.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIVA, Ilana Lemos de.; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Juventude, violência e Políticas sociais: Da criminalização à efetivação de Direitos Humanos. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalizade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

PEREIRA, Potyara A. P.. **Política social: temas e questões** . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIRES, Maria Luíza Lins e Silva. A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

POLETTO, Andre Ricardo. Capacitação de jovens: motivações e desprendimentos que contagia a todos/as. In: GERBER, Rose Mary. (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 25.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão: versão final**. CBMM, Vale do Rio Doce, Telemar e Usiminas: Instituto Cidadania, 2004.

RENK, Arlene; DORIGON; BAGNARA, Maritânia. Juventude rural e mudança social. In:

_____; _____. **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, Argos, 2014, p. 77-98.

_____; _____. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: _____. **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó, Argos, 2014, p. 15-34.

ROVER, Oscar. J. **Gestão política e desenvolvimento na região Oeste de Santa Catarina**. Cadernos do CEOM. Políticas Públicas, memórias e experiências. Chapecó: Argos, Ano 22, n.30, junho de 2009.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo**. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. **REVISTA REFORMA AGRARIA, ABRA**, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994

SC RURAL – Santa Catarina Rural. **Programa Microbacias**. Disponível em: <http://www.scrural.sc.gov.br/?page_id=10>. Acesso em 14 de Out. 2016.

SNJ - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília - DF, 2012. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/1o-seminario-nacional-juventude-rural-e-politicas-publicas/view>>. Acesso em 24 de jun. 2015.

_____. **III Conferência Nacional de Juventude, 2015**. Disponível em <<http://juventude.gov.br/conferencia/noticias/conferencia-estadual-da-juventude-de-piaui-sera-lancada-na-segunda-16>>. Acesso em 28 de jul. 2016.

SOUZA, Renato Souza. **A Condição Organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora da UFSM. 2012.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, Dec. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Nov. 2015.

STEINWANDTER, Edilene. Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa: uma experiência desafiadora, instigante e gratificante. In: GERBER, Rose Mary (Org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 35-40.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014, p. 178-196.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional**: as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 304 p.

TESTA, Vilson M.; BALDISSERA, Ivan Tadeu; MIOR, Luiz Carlos; CORTINA, Nelso; NADAL, Raul de. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TRALDI, Maria Cristina. Os Conselhos Gestores como Instrumento de Controle da Sociedade Civil: Uma perspectiva histórica. **Reuna** - Belo Horizonte, v.12, nº3, p.49-60 – 2007. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/257>>. Acessado em 17 de jul. de 2015.

WAISELFISZ Júlio Jacobo. **Mapa da Violência**: Os Jovens do Brasil Brasília, Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Gramond, 2014. Disponível em (www.juventude.gov.br/juventudeviva). Acesso em 02 nov. 2015.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-74145-lt_Juventudes_rurais_map-1655238.pdf>. Acessado em 27 de out. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ATORES GOVERNAMENTAIS

- a) Nome: b) Sexo: c) Escolaridade: d) Tempo de profissão:
e) Atividade desenvolvida:

- 1 – O que você entende por política pública de juventude?
- 2 – Como é feito o convite do jovem para o curso de liderança, gestão e empreendedorismo?
- 3 – O curso, dentro do programa SC Rural, segue uma política de desenvolvimento rural a partir de uma orientação de política pública? Se sim, qual, do Governo Federal e/ou de Estado/Município? Se não, como é desenvolvido o programa?
- 4 – Acompanhando os trabalhos da Epagri e outros espaços em que a Epagri atua, as políticas públicas para os jovens rurais no município de Chapecó, dão conta da diversidade encontrada no meio rural?
- 5 – Em que medida o curso de liderança, gestão e empreendedorismo contribui para a inserção social do jovem no processo de desenvolvimento rural em suas atividades técnicas, políticas e pedagógicas?
- 6 – Quais os limites e possibilidades do curso de liderança, gestão e empreendedorismo como um agente social, político e econômico?
- 7 – Há um acompanhamento dos jovens participantes após o curso em suas propriedades? De que forma que acontece?
- 8 – Qual é a metodologia da alternância que é usada no curso? Ela tem ligação com a pedagogia da alternância de Paulo Freire?
- 9 – Como se dá a questão da valorização, caracterização da cultura local a partir do curso de liderança, gestão e empreendedorismo?
- 10 – Qual a compreensão da Epagri referente ao desenvolvimento rural?
- 11 – Você tem alguma pergunta ou algo que gostaria de falar que não abordamos na entrevista?

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JOVENS RURAIS

a) Nome: b) Sexo: c) Idade: d) Escolaridade:

1 – O que você entende por políticas públicas?

2 – Como você percebe as políticas públicas e programas voltados à juventude rural?

3 – Como você ficou sabendo sobre o curso de liderança, gestão e empreendedorismo?

4 – O que você entende por desenvolvimento rural?

5 – Em que medida o curso contribui para a sua inserção social no processo de desenvolvimento rural?

6 – Qual a contribuição do SC Rural para você em relação aos valores e significados de rural, campo e juventude vistas no curso em suas atividades técnicas, pedagógicas e de política pública?

7 – Você tem alguma pergunta ou algo que gostaria de falar que não abordamos na entrevista?

ANEXOS

ANEXOS 1: Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC

Pesquisador responsável: Maxemino Luiz Martinelli

Endereço: Rua Beira Rio – Efapi

Telefone para contato: 49 99955-3035

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/Unochapecó está localizado dentro da própria Instituição Bloco R3, 3º andar. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira das 13:30 h às 17:30 h e das 18:30 h às 22:30 h, para contato dos pesquisadores e participantes das pesquisas. Telefone e e-mail para contato, (49) 3321-8142, cep@unochapeco.edu.br.

O Objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição do Programa SC Rural na construção de estratégias para a formação de jovens no município de Chapecó – SC em relação aos valores e significados de rural, campo e juventude que são (re)produzidos nas suas atividades técnicas, políticas ou pedagógicas. Para a coleta de dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, gravadas em mp4 e posteriormente transcritas para

análise de seus conteúdos. Os resultados deste estudo, além de proporcionar informações para a execução do presente estudo, possibilitará contribuir nas discussões relativas às questões do jovem rural.

A sua participação na pesquisa consiste em responder uma entrevista semiestruturada, que será realizada pelo próprio pesquisador, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais.

As informações obtidas por meio da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa por meio de contato telefônico, e-mail ou pessoalmente de acordo com sua disponibilidade de horários. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____, RG _____

_____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar

do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa:

Assinatura do pesquisador responsável:

ANEXOS 2: Termo de consentimento de uso de voz e imagem

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Título da pesquisa: O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC

Pesquisador Responsável: Maxemino Luiz Martinelli

Eu, _____ permito que o pesquisador relacionado acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do Sujeito de Pesquisa:

ANEXO 3: Declaração de ciência e concordância das Instituições envolvidas

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
ENVOLVIDAS**

Local: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC)

Data:

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Unochapecó, o representante legal da instituição Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), Paulo Utzig, Secretário-Executivo, envolvida(o) no projeto de pesquisa intitulado: O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos prepostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

ANEXO 4: TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: O PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL: uma análise do curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com jovens de Chapecó – SC

Pesquisador Responsável: Maxemino Luiz Martinelli

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos da pesquisa, cujos dados serão coletados em banco de dados da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). Concordam, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. Comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima.

_____, ____ de _____ de _____.

Nome dos Pesquisadores	Assinatura
Rosana Maria Badalotti	
Cristiane Tonezer	
Maxemino Luiz Martinelli	